

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO  
UNISAL – *CAMPUS* MARIA AUXILIADORA

Claudia Regina de Melo Melchert

**A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE  
TECNOLOGIA SOCIAL: relações com a educação sociocomunitária.**

Americana - SP

2016

Claudia Regina de Melo Melchert

**A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE  
TECNOLOGIA SOCIAL: relações com a educação sociocomunitária.**

Dissertação apresentada como exigência parcial  
para obtenção de grau de Mestre em Educação do  
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, sob  
a orientação do Prof. Dr. Renato Kraide Soffner.

Americana - SP

2016

Melchert, Claudia Regina de Melo.

M464e A Educação a distância como instrumento de tecnologia social: relações com a educação sociocomunitária / Claudia Regina de Melo Melchert. – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2015.  
83 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP.  
Orientador: Renato Kraide Soffner.  
Inclui bibliografia.

1. Educação à distância. 2. Tecnologia – Aspectos sociais.  
3. Educação sociocomunitária. I. Melchert, Claudia Regina de Melo. II. Centro Universitário de São Paulo. III. Título

CDD 371.3078

Catálogo elaborado por Lissandra Pinhatelli de Britto – CRB-8/7539  
Bibliotecária UNISAL – Americana

CLAUDIA REGINA DE MELO MELCHERT

**A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE  
TECNOLOGIA SOCIAL: relações com a educação sociocomunitária.**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção de grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Kraide Soffner.

Dissertação defendida e aprovada em \_\_/\_\_/2016 pela comissão julgadora.

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Renato Kraide Soffner (presidente e orientador)  
Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Miranda  
Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

---

Prof. Dr. Eduardo Oscar de Campos Chaves (membro externo)  
Unicamp

À família,

Eterna gratidão: ao meu esposo André Melchert e minha tia Mônica Corbano, que estiveram presente em todos os momentos. Em especial ao meu tio, Nei Corbano e irmã, Carla Melo, que em momento algum deixaram de me apoiar neste projeto de vida; Dedico também este trabalho, aos meus pais: Sebastião de Melo e Maria Luiza Oliva de Melo, que partiram cedo deste mundo, mas me educaram e me prepararam para ser a mulher que sou hoje.

## AGRADECIMENTOS

A Deus! Sem Deus eu nada sou. Renova-me a cada dia. Através do seu Espírito Santo direciona o meu agir, meu pensar e o meu falar. Como sou grata a Deus por tudo que faz por mim e pelo cuidado que tem com a minha vida.

A minha tia Mônica, pelo exemplo e por me transmitir o amor pela educação. Agradeço o incentivo e apoio incondicional para cursar o Mestrado.

Ao meu esposo André, pelo apoio, incentivo e paciência em todos os finais de semana que fiquei estudando e não pude dar a atenção merecida.

A minha irmã Carla, cunhado Elton, tio Nei e demais familiares, por entenderem as ausências, por serem meus fãs e por todo o incentivo e apoio.

Aos meus pais, Sebastião e Maria Luiza, que me ensinaram que o estudo é a melhor herança que se pode deixar aos filhos. Não mediram esforços para que eu e minha irmã pudéssemos ter a melhor educação. Partiram cedo, mas me ensinaram tudo o que eu precisava saber, deixando o exemplo do ser humano que devo ser.

As minhas amigas Tatiane e Luciana. Tati, mestre pela Unicamp com 25 anos, sempre dedicada e estudando a cura de alguma doença... Lú, a amiga matemática, sempre doce e atrás do seu objetivo. É Doutora pela Unicamp e professora na Universidade Pública, com 32 anos de idade. Ambas, amigas e exemplo, sempre incentivando o grupo a estudar e compartilhando cada experiência. Vocês me incentivaram muito, explicaram o que é um Mestrado, diferença entre dissertação e tese, entre outros ensinamentos. Agradeço o exemplo e incentivo constante.

Aos professores do programa do Mestrado do Unisal, merecem ser considerados por estes agradecimentos todos os professores que tive a honra de conviver: Professor Francisco, carinhosamente “Chiquinho”, Professora Sueli, Professor Renato, Professor Carlos Chagas, Professora Malu, Professor Miranda, Professora Renata e Professora Fabiana. Dois agradecimentos especiais, um para o Professor Chiquinho, com quem fiz a primeira disciplina como aluna especial, me

apoiou e me incentivou a entrar como aluna regular já no próximo semestre. Obrigada pelos ensinamentos e pela pessoa doce e exemplar que és. Admiro-o muito. Segundo agradecimento especial é para Professora Malu, com quem me identifiquei e tenho como exemplo. Muito obrigada pelo cuidado, paciência, ensinamentos, profissionalismo, talento e todo incentivo. Quando pensei em desistir, foi você quem me apoiou, enxugou as minhas lágrimas e me ergueu. Obrigada pela experiência única em Portugal. Obrigada pela amiga que se tornou. Você é sensacional!!!

Ao meu orientador, Professor Renato, por confiar em mim e me tomar pela mão nessa jornada. Agradeço a atenção, o apoio e a dedicação durante todo o processo de orientação, e por ter compartilhado comigo o seu conhecimento.

Aos amigos do Mestrado que foram fonte de energia e motivação. Quantas pessoas especiais que conheci, quantos ensinamentos trocados, só tenho a agradecer. Em especial aos amigos que levarei para a vida toda: Luciana, Bianca, Gil, Márcia, Daisy, Nadir, Lúcia, Ana Claudia, Richard, Zorzo e Marcos. As amigas que confiaram na minha indicação e hoje estão no Mestrado do Unisal: Gisele e Izabela.

À Vaníria, pela imensa paciência, explicações, incentivo, broncas e presteza. Muito Obrigada.

Em tudo dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco. (Bíblia Sagrada - 1 Tessalonicenses 5:18)



## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo contextualizar, através de estudo bibliográfico, o tema “A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE TECNOLOGIA SOCIAL: RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA”. A Educação a Distância no Brasil tem expandido rapidamente. Aliado a este crescimento há o aumento de interesse da sociedade em adquirir conhecimentos e atender as exigências do mercado de trabalho, o qual cada vez mais, exige pessoas qualificadas. As inovações tecnológicas participam como mediadoras das relações sociais nas diferentes dimensões humanas e, o fato do Brasil apresentar uma diversidade vasta de grupos e culturas, favorece a educação mediada por tecnologias que aproximam as pessoas de todas as regiões. Em razão da procura e consequente crescimento, a Educação a Distância tornou-se uma discussão fundamental para quem está refletindo sobre o rumo da educação em uma sociedade cada vez mais conectada por redes de tecnologia digital. O trabalho proposto teve como finalidade estudar a Educação a Distância como instrumento de tecnologia social e sua relação com a educação sociocomunitária. Os resultados alcançados, demonstram que a Educação a Distância pode ser considerada um instrumento de tecnologia social e que a EaD, proporciona ao aluno, o desenvolvimento de sua própria forma de pensar e entender o mundo, logo, o aluno é autônomo e emancipado, tornando-se sujeito crítico e consciente, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade e sociedade como um todo.

**Palavras-chave:** Tecnologia Social. Educação a Distância. Educação para a Cidadania. Educação Sociocomunitária. Desenvolvimento Comunitário.

## ABSTRACT

This study aims to contextualize through bibliographical study, the theme "DISTANCE EDUCATION AS AN INSTRUMENT OF TECHNOLOGY SOCIAL: RELATIONS WITH EDUCATION socio-communitarian". The distance education in Brazil has expanded rapidly. Allied to this growth for the increase of the company's interest in acquiring knowledge and meet the demands of the labor market, which increasingly requires qualified people. Technological innovations participate as mediators of social relations in different human dimensions and the fact that Brazil present a wide variety of groups and cultures, enables education mediated technologies that bring people together from all regions. Because of the demand and consequent growth, distance education has become a fundamental discussion for anyone who is thinking about the direction of education in an increasingly connected by networks of digital technology society. The proposed work aimed to study the distance education technology as a social instrument and its relation to the socio-communitarian education. The results achieved show that distance education can be considered a social technology tool and that distance education provides the student, developing his own way of thinking and understanding the world, so the student is independent and emancipated, making If subject critical and conscious, contributing to the development of the community and society as a whole.

**Keywords:** Social Technology. Distance education. Education for Citizenship. Socio-communitarian education. Community Development.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância.
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem.
BR	Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDI	Comitê para a Democratização da Informática
CEE	Conselho Estadual de Educação.
CETEC	Centro de Tecnologia.
EaD	Educação a Distância.
EAESP-FGV	Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.
FAED	Pedagogia a Distância do Centro de Ciências da Educação.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IES	Instituição de Ensino Superior.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais.
IPAE	Instituto de Pesquisa e Administração da Educação.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia.
MEC	Ministério da Educação.
NTICs	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.
ONGs	Organizações não Governamentais.
PPC	Projeto Pedagógico de Curso.
PPI	Projeto Político Pedagógico Institucional.
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação.
RTS	Rede de Tecnologias Sociais.
SECADI	Secretária de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
SEED	Secretária de Educação a Distância.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SESC	Serviço Social do Comércio.
TI	Tecnologia da Informação.
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação.
TS	Tecnologia Social.
WWW	World Wide Web.

UAB	Universidade Aberta do Brasil.
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina.
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b>	
1.1 DEFINIÇÃO .....	25
1.2 HISTÓRICO .....	28
1.3 LEGISLAÇÃO DA EAD .....	31
1.4 CRESCIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL .....	37
<b>CAPÍTULO 2 - TECNOLOGIAS SOCIAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO 3 - A EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA.....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL NUM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA – TEORIA E PERPECTIVAS.....</b>	<b>55</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 – Legislação .....	32
Figura 4.1 – Crescimento EaD .....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Legislação da EaD nos Estados Brasileiros .....	32
Tabela 4.1 – Apresentação CENSO EAD BR 2013 .....	40
Tabela 4.2 – Credenciamento EAD: Evolução .....	67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Exemplos de Atividades em EaD .....	25
Quadro 4.1 – A sala de aula antes e depois da internet .....	60



## INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) tem passado por vigorosa fase de expansão desde que os órgãos reguladores da educação nacional autorizaram tal processo. Devemos nos lembrar, entretanto, que a EaD já era praticada há décadas, por meio de mídias mais tradicionais como correspondência, televisão, rádio.

O que chamaremos aqui de EaD se refere aos processos educativos a distância conduzidos por meio das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), aquelas de fundo eletrônico e digital, fruto da expansão da microinformática e das redes globais de dados.

Temos que partir do princípio de que o computador é apenas uma ferramenta, sozinho, não é capaz de trazer avanços educacionais. Uma instituição de ensino que resolve utilizá-lo como recurso didático necessita de bons professores, os quais estejam preparados e treinados para utilizar os recursos oferecidos por este sistema tecnológico de forma significativa.

Sabemos que no Brasil, como em outros países, temos as desigualdades sociais e que o acesso ao ensino superior é para poucos. Com a educação a distância é possível reduzir as diferenças sociais e econômicas, como já mencionou Martíns-Barnero apud Cosette Castro:

As novas TICs têm papel preponderante para reduzir as diferenças sociais e econômicas e as diferenças de acesso aos diversos níveis de aprendizado. Elas também têm importante papel para reduzir às chamadas brechas digitais e possibilitar a democratização do aprendizado e o acesso ao conhecimento. (Martíns-Barnero 2003 apud CASTRO, 2008, p.02)

A tese deste trabalho defende que a Educação a Distância pode ser um meio para que aquele indivíduo possa ter acesso à educação. Seja pelo valor ser mais em conta do que o modelo presencial, seja pelo fato de morar longe da faculdade presencial, em lugar que não se tem educação presencial, seja pelo fato de ter dificuldade de se locomover até o local da educação presencial, entre outros. Logo, através do uso da tecnologia no processo de ensino aprendizagem muitas pessoas

podem ser suas vidas transformadas e conseqüentemente temos o favorecimento para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e informada.

A EaD atende à necessidade de pessoas que muitas vezes estariam alijadas do modelo oficial e tradicional de educação. E em razão da grande procura e conseqüente crescimento, a EaD tornou-se uma discussão fundamental para quem está refletindo sobre os rumos da educação em uma sociedade cada vez mais conectada por redes de tecnologia digital.

O campo da educação está sendo pressionado por mudanças, tanto na área da metodologia de aprendizagem como também na abrangência da educação, conforme Moran, Maseto e Behrens (2006).

Gonzalez (2005) também defende que a EaD é uma estratégia de ofertar educação a pessoas que possuem dificuldades de acesso à educação presencial.

O interesse pela pesquisa surgiu pelo crescimento da EaD, pela necessidade de trabalhar com o Ensino a Distância e pelo depoimento de uma colega de trabalho que tem um filho cadeirante e relatou que seu filho não queria cursar nível superior por ter vergonha e se sentir incomodado com a deficiência e com a EaD pode iniciar um curso a distância. Outro depoimento que influenciou o interesse pelo tema foi o fato de estarmos no século XXI e ainda termos mulheres que não podem ir para uma sala de aula, pois o marido não aceita e através da EaD, essas mulheres podem ter acesso a universidade. Depoimento de alunas de Indaiatuba no curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade a distância.

Barreto (2009) entende que a educação a distância é uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos, com o objetivo de levar a educação a grupos de pessoas que, por diversas razões, possuem dificuldade de acesso a serviços educativos regulares.

Além de tudo isso, o aprender por aprender já não existe: hoje, os alunos precisam saber para que e por que precisam saber determinado assunto. Tornou-se, portanto difícil, prender a atenção do aluno em aulas feitas do conjunto lousa +

professor. As diferentes tecnologias têm intensificado sua presença em nossas vidas gradualmente, fazendo parte do nosso cotidiano, tornando-se uma ferramenta importante para a educação, por encurtar distâncias, derrubar muros e aproximar pessoas.

Contudo, essa modalidade de educação (EaD) também tem recebido críticas. As principais se referem à qualidade, ameaça ao emprego do professor, lucros maiores às instituições de ensino, evasão, entre outros. É claro que todas as críticas, vem com as ideologias, princípios e visão de mundo de quem as formula.

Não pretendemos aqui responder a essas oposições. A Educação a distância é bastante recente e ainda vem se firmando como campo de estudos e de possibilidades educativas. Nossa intenção é colaborar com a discussão, apontando outros caminhos pelos quais a Educação a distância pode colaborar para o desenvolvimento de pessoas e comunidades.

## **O PROBLEMA**

As tecnologias digitais fizeram emergir um novo paradigma social, descrito por alguns autores, como sociedade da informação ou sociedade em rede alicerçada no poder da informação (CASTELLS, apud COUTINHO e LISBÔA, 2011, p.01), sociedade do conhecimento (HARGREAVES, apud COUTINHO e LISBÔA, 2011, p.01) ou sociedade da aprendizagem (POZO, apud COUTINHO e LISBÔA, 2011, p.01). Um mundo no qual o fluxo de informações é intenso, em permanente mudança, e “onde o conhecimento é um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança” (HARGREAVES, 2003, p. 33, apud COUTINHO e LISBÔA, 2011, p.01).

Para quem tem acesso às novas tecnologias, não existem barreiras de tempo e de espaço para que se comuniquem. Uma nova era que oferece múltiplas possibilidades de aprender, em que o espaço físico da escola, tão proeminente em outras décadas, neste novo paradigma, deixa de ser o local exclusivo para a construção do conhecimento e preparação do cidadão para a vida ativa (COUTINHO e LISBÔA, 2011).

Nesse cenário, é possível idealizar que, por meio da educação a distância, se favoreça o avanço e a democratização da educação como parece acontecer<sup>1</sup>? Ou, mais especificamente, que se possa favorecer o desenvolvimento comunitário, considerando, nesse caso, a educação a distância como uma tecnologia social?

Tecnologias sociais são técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social comprovado, gerados por demandas sociais reais, a fim de solucionar problemas sociais. Também enfatizam a localização da realidade social, e a relação com a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. (LASSANCE JUNIOR e PEDREIRA, 2004)

A maioria das pesquisas, quanto ao tema, discute a qualidade do ensino a distância. Neste trabalho não entraremos nessa discussão, pois não é o foco da pesquisa, mas, as possibilidades da Educação a Distância como tecnologia social em seu papel de suporte à Educação Sociocomunitária.

Por Educação Sociocomunitária, entende-se como modelo de educar marcado por intervenções educativas que articulam com a comunidade para transformações sociais. (GOMES, 2007)

As hipóteses desta pesquisa levam a buscar a compreensão das tecnologias com olhar no fazer uso dela como objeto de conhecimento e instrumento necessário para transformação social. Se levanta que tanto a EaD como instrumento de tecnologia social pode ser agentes da autonomia, emancipação e transformação social dos sujeitos e, conseqüentemente, da comunidade, atingindo a sociedade em que está inserida.

---

<sup>1</sup> Segundo dados do censo da Abed (2013-2014) o número de matrículas na educação a distância foi de 692.279 para os cursos totalmente a distância; e o número de cursos foi de 1.772. Os dados (2014-2015) o número de matrícula na educação a distância foi de 519.839 para os cursos totalmente a distância e número de cursos 1.840.

A justificativa desta pesquisa está centrada nos temas de tecnologia social e educação a distância que são novos em nosso país e que estão expandindo rapidamente com a temática educacional.

Nossa pretensão é a de que este trabalho possa abrir elementos para a discussão sobre os significados das tecnologias sociais, bem como, seus usos e fundamentos. Tal discussão na área de educação é incipiente e isto nos ajuda a justificar a importância deste estudo. É oportunidade de abertura de caminhos de investigação e práxis num tema de grande importância para o momento histórico em que vivemos e que muito pode contribuir com a educação, se discutido em suas áreas de abrangência e influência.

Atualmente, a formação e atualização devem ser constantes, pois há um momento social, cultural e socioeconômico cada vez mais efetivo.

## **OBJETIVO DA PESQUISA**

Levy (1998) discorre que o saber da comunidade pensante não é mais um saber comum, pois de agora em diante é impossível que um só ser humano, ou mesmo um grupo, domine todos os conhecimentos, todas as competências; é um saber coletivo por essência, impossível de reunir em uma só pessoa. O mundo virtual é, essencialmente, o espalho da experiência em conjunto.

O objetivo desta dissertação é estudar e analisar a Educação a Distância como instrumento de tecnologia social, e as relações que podem ser realizadas entre essas e a Educação Sociocomunitária e, também, apontar que a Educação a distância pode colaborar para o desenvolvimento de pessoas e comunidades.

## **MATERIAIS E MÉTODOS (METODOLOGIA)**

É necessário um método para se chegar a um conhecimento. Não se pode deixar de reconhecer que a pesquisa é o melhor caminho para construir um conhecimento novo.

Os métodos procuram garantir ao pesquisador a objetividade necessária ao tratamento dos fatos. Oferecem normas destinadas a estabelecer a ruptura dos objetos científicos com os do senso comum (GIL, 1994, p. 28).

Para a efetivação da pesquisa, a metodologia aplicada foi à pesquisa de caráter bibliográfico. Fez-se uma revisão de literatura que possibilitasse o levantamento de iniciativas educativas baseadas em tecnologias sociais. A modalidade EaD não é uma metodologia diferente na educação, pelo contrário, o que a tornou pauta de discussão nos últimos anos é a sua proporção por conta de rede mundial de computadores, a internet em especial e, tantas outras ferramentas interativas.

Tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Este trabalho direcionará futuras pesquisas no tema.

As pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (GIL, 1994, p. 45).

Nossa hipótese de trabalho é a de que as tecnologias sociais de origem digital podem ser meios de transformação da educação, capazes de alterar a vida comunitária pela construção da autonomia. Buscamos fundamentos, perspectivas e métodos que possam dar suporte a estas propostas, em especial às ações educativas.

Pretendemos, em termos de referenciais teóricos, discutir aqueles que a própria pesquisa acabará por identificar como válidos, o que nos proporcionará uma estratégia de análise comparativa de interesse metodológico.

Importante relembrar que a pesquisa bibliográfica é a abertura da construção efetiva de um protocolo de investigação, que deve ser identificada após a escolha de

um assunto e faz-se necessário elaborar uma revisão bibliográfica do tema escolhido.

A importância da pesquisa bibliográfica está na possibilidade de buscar estudos já realizados na área da pesquisa em questão.

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de campo exige, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica (LAKATOS, 2001, p. 44).

A busca por informações é o primeiro passo para melhor desenvolver qualquer assunto. Uma bagagem teórica variada, contribui para ampliar o conhecimento e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto. Partir de trabalhos já concluídos sobre o fenômeno, estes referenciais teóricos, imprimirão credibilidade à pesquisa, como também serão investigados autores que possam fundamentar a discussão, tornando possível uma análise crítica sobre o assunto estudado.

O acesso à bibliografia será feito manualmente e eletronicamente. O primeiro consiste em pesquisar diretamente nos livros e o segundo na internet, em teses, livros, artigos, legislação, relatórios científicos e publicações.

A Web oferece alguns recursos de busca sobre tópicos atuais que seria difícil ou impossível encontrar em bibliotecas. Na Web podem-se realizar buscas em catálogos, índices, dissertações e tese que são disponibilizados pelas instituições (MATTAR, 2008, p.179).

Para Lakatos (1992, p.44) as fases da pesquisa bibliográfica compreendem oito fases distintas:

- a) Escolha do tema: é o assunto que se deseja provar ou desenvolver
- b) Elaboração do plano de trabalho: deve-se observar a estrutura de todo trabalho científico. Coletar o material bibliográfico e planejar a introdução, desenvolvimento e conclusão;
- c) Identificação: é fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema de estudo para realizar a análise do material bibliográfico;

- d) Localização: localizar as fichas bibliográficas nos arquivos das bibliotecas;
- e) Compilação: reunião de todo material coletado;
- f) Fichamento: transcrever os dados coletados, as fontes de referência em fichas;
- g) Análise e interpretação: é a crítica do material bibliográfico e comprovação ou refutação das hipóteses, com base nos dados coletados expondo a sua compreensão;
- h) Redação: é a escrita da pesquisa, que pode ser uma monografia, dissertação ou tese.

Galvão (2010) aponta que o levantamento bibliográfico é potencializar o conhecimento, chama atenção para as vantagens da utilização do método de levantamento bibliográfico; aponta, ainda, que um levantamento bibliográfico eficaz é um instrumento inicial de grande valia para qualquer dos métodos a se escolher, além de propulsionar a possibilidade de propor temas e problemas.

Pode-se afirmar, então, que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadores de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência.

Para o levantamento bibliográfico foi utilizada a biblioteca do Unisal-Americana, com buscas através dos temas: Educação a Distância e Tecnologia Social. Também foi utilizada a biblioteca da Faculdade Anhanguera de Campinas e de Valinhos. Na internet, os sites de busca utilizados foram: Google Acadêmico e SciELO. Foi utilizado o site do Planalto para busca de legislação sobre o assunto e o site da ABED – Associação Brasileira de Educação à Distância, o qual é vasto em informações sobre a EaD.

Quando se busca pelo tema especificadamente proposto, não foi encontrado, aparecendo bastante material com o tema Educação a Distância como Instrumento de Inclusão Social. Selecionados 02 textos com o tema acima mencionado em resposta a primeira pesquisa na internet, os quais, após leitura, foram descartados eis que não se enquadravam a pesquisa proposta. As pesquisas passaram a ser



elaboradas a partir do tema Educação a Distância e, em um segundo momento com o tema Tecnologia Social. Muitos artigos, dissertações, livros e capítulos de livros foram lidos, sendo que os utilizados foram cerca de 60% do material selecionado no decorrer de 2 dois anos (fevereiro/2014 a fevereiro/2016).

Todas as disciplinas cursadas durante o mestrado: História da Educação Brasileira; Educação Social; Tecnologias Sociais e Práticas Educativas, Práxis Social e Práxis Comunitária; Planejamento e Gestão da Educação Sociocomunitária e Seminário de Pesquisa Tecnologias Sociais e Prática Sociocomunitária contribuíram para o presente trabalho, tendo o material de cada uma delas contribuídos para a dissertação, em especial a disciplina Tecnologias Sociais e Práticas Educativas com os Professores Renato Soffner e Eduardo Chaves, e a disciplina Planejamento e Gestão da Educação Sociocomunitária base para o conhecimento e material para trabalhar comunidade, transformação social e desenvolvimento comunitário.

Paulo Freire foi leitura sugerida na primeira disciplina cursada no mestrado, que foi a História da Educação Brasileira, o que muito contribuiu para escrita. Moran, autor que muito utilizei em 2011/2012 quando cursei Especialização em Metodologias e Gestão para Educação a Distância, na Universidade Anhanguera Uniderp e, agora com a dissertação novamente utilizei seus livros e fichamentos que já tinha realizado.

A linha de pesquisa do mestrado e material sugerido para o processo seletivo e durante as aulas foi à base para escrever o capítulo III – Educação Sociocomunitária.

Justifica-se, portanto, a escolha do método, por suas vantagens, assim como pela sua adequação ao proposto neste artigo. Esse método trará subsídios para o conhecimento sobre o fenômeno, considerando as abordagens já apoderadas pela literatura científica, sendo a base para responder a hipótese e o problema proposto.

Na parte I, trataremos da educação a distância, considerando conceito, histórico no mundo e no Brasil, legislação e crescimento da educação a distância no

Brasil. Na parte II, trataremos da tecnologia social, enquanto que na parte III, trataremos da educação sociocomunitária. Já na parte IV, tentaremos responder o problema da pesquisa, se a Educação a Distância (EaD) pode ser considerada uma possibilidade de tecnologia social e o seu papel de suporte para educação sociocomunitária.

## Capítulo 1

### 1 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

#### 1.1 DEFINIÇÃO

A EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação.

A Educação a Distância recebeu denominações distintas em diferentes países, como: estudo ou educação por correspondência (Reino Unido); estudo em casa e estudo independente (Estados Unidos); estudos externos (Austrália); telensino ou ensino a distância (França); estudo ou ensino a distância (Alemanha); educação a distância (Espanha); teleducação (Portugal) etc.

Como exemplos de atividades em EaD temos as atividades síncronas que são as atividades realizadas simultaneamente, ou seja, em tempo real e as atividades assíncronas que são as atividades que entrarão em contato com os envolvidos na medida em que os mesmos acessarem estas atividades.

Quadro 1.1 - Exemplos de Atividades em EaD

<b>Atividades Síncronas</b>	<b>Atividades Assíncronas</b>
<i>Chat</i>	Fórum de Discussão
Videoconferência	Exercícios
Web conferência	Questões
Encontros em Mundos Virtuais	Projetos
<i>Games</i> Multiusuários	<i>Web Quest</i>

Os chats ou salas de bate-papo são atividades síncronas, ou seja, o professor e os alunos precisam estar conectados em tempo real para participar da discussão. Já os fóruns são atividades assíncronas bastante utilizadas em EaD, funcionando como espaço para debates e discussões entre alunos e professores. Web Quests, por sua vez, consistem na proposta de uma pesquisa na Internet, que

pode ser realizada em grupo ou individualmente. Além das videoconferências, o desenvolvimento da Internet possibilitou a facilidade na utilização de ferramentas de conferência pela web ou web conferência.

O uso de games tem sido também cada vez mais comum em EaD. Mattar (2009) explora em detalhes tanto a teoria sobre a incorporação de games à educação quanto uma série de cases no Brasil e no exterior.

Mundos virtuais (como o Second Life e o Open Simulator), dispositivos móveis e realidade aumentada, dentre outras ferramentas, têm sido cada vez mais utilizados como suporte para atividades em EaD.

Quanto à modalidade de Educação a Distância (EaD), atualmente, a definição que se destaca e marca de forma simples e clara, é encontrada no site do Ministério da Educação (MEC, 2005):

Educação a Distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na Educação Básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na Educação Superior.

A definição que podemos chamar de oficial está na legislação que versa sobre Educação a Distância, Decreto número 5.622 de 19 de dezembro de 2005, em seu artigo 1º, vejamos:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL 2005).

Já a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED pontua o termo como sendo: A modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas majoritariamente sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar a mesma hora (ABED, 2013).

Chaves (1999) apresenta três expressões relacionadas à temática da EaD: educação a distância, aprendizagem a distância e ensino a distância. Para ele, a expressão: ensino a distância é a mais correta, todavia menos utilizada. Ele afirma que educação e a aprendizagem são processos que ocorrem dentro do indivíduo e onde quer que ele esteja, não sendo possível educar remotamente ou a distância, sendo o indivíduo sujeito de seu próprio processo de aprendizagem e nunca seu objeto. Contudo, é perfeitamente possível ensinar a distância através de filmes, televisão, vídeo e com o auxílio da Internet. Sendo assim, a conceituação do termo ensino a distância será indicado quando houver a necessidade de se referir ao ato de ensinar alguém remotamente ou a distância. E não que a educação e a aprendizagem possam acontecer em face ao ensino remoto ou a distância.

Gonzalez (2005) define que a Educação a distância é uma estratégia de sistemas educativos a qual irá ofertar a educação a setores ou a um grupo de pessoas que possuem dificuldades de acesso à educação presencial, complementando os conceitos abordados anteriormente.

Moran (2000) define que a Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Apesar de não estarem juntos de maneira presencial, podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a internet. Mas também pode ser utilizado o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CR-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

Moore (2001) faz uma definição mais apurada sobre o tema, apontando que a educação a distância é uma relação de diálogo estruturada e autônoma a qual deve possuir meios técnicos para mediar esta comunicação, sendo a EaD composta de vários subconjuntos caracterizados por uma grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional.

A EAD não é uma novidade dos nossos dias, nem se refere apenas ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação como mediadores do processo de aprendizagem, mas um recurso indispensável para a educação neste mundo globalizado.

## 1.2 HISTÓRICO

Por volta do século XVIII, surgiram os primeiros indícios de utilização da Educação a distância, quando um curso por correspondência foi oferecido por Universidade em Boston, nos EUA.

No século XIX, houve uma disseminação de cursos por correspondência em alguns países da Europa; porém, somente no século XX, que a modalidade de educação a distância começou a se fortalecer e se estabelecer como um processo de ensino-aprendizagem, marcada por iniciativas de ofertas de cursos de educação a distância, utilizando o material impresso como recurso pedagógico e o envio por correspondência a forma de comunicação com os alunos.

A partir de 1928, instituições começam a promover cursos à distância usando o rádio, com isso, a nova tecnologia começa a ser utilizada em vários países, inclusive no Brasil. O cenário pós-guerra contribuiu para os avanços científicos e tecnológicos nos meios de comunicação em massa, como, telefone, televisão, e conseqüentemente, geraram novas profissões no mercado de trabalho para uma população que necessitava de mais qualificação e, neste momento, a educação a distância se tornou uma alternativa para atender uma maior demanda por educação.

O grande avanço da Educação a Distância se deu a partir dos anos 60, quando na Inglaterra foi autorizada a abertura da British Open University que pode ser considerada como um marco na evolução da Educação a Distância por trazer inovações nas formas de comunicação entre alunos e professores, bem como, na recepção e envio dos materiais e pioneira na modalidade inserida no ensino superior a distância.

Os formatos apresentados para viabilização da educação a distância variam quanto ao grau de presencialidade, nível de interatividade, tipos de recursos instrucionais utilizados, atuação e abrangência. Esse modelo da Bristish Open

University serviu de referência para as iniciativas em educação a distância em inúmeras instituições públicas e privadas espalhadas por todo mundo.

No Brasil, a educação a distância teve seu início no século XX em decorrência do processo de industrialização e da busca do trabalhador por uma ocupação industrial. Diante do exposto, a educação a distância surgiu como uma alternativa para atender a grande demanda por especialização, por meio do uso do material impresso e do rádio, tecnologias disponíveis na época. Em 1923, foi criada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que é uma das primeiras iniciativas de educação a distância. Com a grande demanda por conhecimento e pela necessidade do desenvolvimento profissional das pessoas na época, em 1939, foi fundado o Instituto Monitor e em 1941 o Instituto Universal Brasileiro, cujas instituições oferecem até hoje cursos por correspondências com abrangência nacional.

Com o avanço da tecnologia nos anos 60, surgiram as televisões educativas. Em 1978, foi criado o Telecurso 2º Grau que, através da parceria entre a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, em que o objetivo era preparar alunos para exames supletivos de 2º grau, que na década de 90 passa por uma reformulação e passa a se chamar Telecurso 2000 com a inclusão do curso técnico de mecânica.

No ano de 1979, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de ensino Superior (CAPES) fez experimentos na formação de professores implementando a Pós-Graduação Experimental a Distância.

A partir dos anos 90, a educação a distância passa a ganhar mais espaço no cenário educacional com grandes projetos pedagógicos em conjunto com a televisão.

Em 1995, foi criada a Secretaria de educação a distância (SEED/MEC). Ainda nos anos 90, houve a criação do Canal Futura com programação exclusivamente educativa.

Em 1996, quando da regulamentação da modalidade pelo Ministério da Educação, foi realizado o primeiro processo seletivo na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para um curso de graduação a distância, direcionado para a formação de professores do ensino fundamental que utilizava material impresso com mediação de tutoria presencial nas cidades polos. Este modelo serviu de referência para outras instituições de ensino superior, as quais foram inserindo atividades na área de educação a distância em seus projetos pedagógicos.

Ainda em 1996, a Universidade Federal de Santa Catarina, ofereceu os primeiros cursos de mestrados com uso de videoconferências em que visavam atender demandas específicas de empresas, através do uso de tecnologia digital e interatividade em áudio e vídeo desenvolvidos em universidades públicas.

Após a LDB/1996, foi marcado por diversos experimentos com a inclusão de tecnologias digitais capazes de criar ambientes virtuais de aprendizagem com interação síncrona e assíncrona; o desenvolvimento de metodologias próprias para formatar e imprimir material; a criação de estrutura técnica e de recursos humanos para o apoio a atividades de multimídia e a concepção de uma logística para oferta de cursos EaD em todo território nacional. Também foram criadas estratégias para gestão administrativa e pedagógica, visando atender alunos on line através de centrais remotas de monitoria e tutoria. As instituições pioneiras que se destacam foram: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Universidade Anhembi Morumbi, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Centro Universitário Carioca.

A partir de 1998 iniciou a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* via internet. Com a oferta desses cursos, as instituições de ensino superior procuraram a certificação oficial para atuar em educação a distância, sendo assim, o MEC elaborou um conjunto de normas e estabelecimento de parâmetros de qualidade para as futuras implantações destes tipos de cursos.



Em 2000, a Secretaria de educação a distância (SEED/MEC) implantou um curso a distância vinculado ao Projeto TV Escola que tinha como objetivo a formação de professores.

Nos últimos anos, a história da educação a distância, no Brasil, registrou avanços significativos e de forma acelerada, compensando o ritmo lento da segunda metade do século XX. É importante destacar também, que o país conseguiu estabelecer uma base legal que norteia a modalidade de ensino, criando mecanismos para a certificação de instituições que trabalham com educação a distância, emitindo autorizações de curso e estimulando o desenvolvimento de pesquisas para a produção de modelos pedagógicos que consolidaram a modalidade EaD no país.

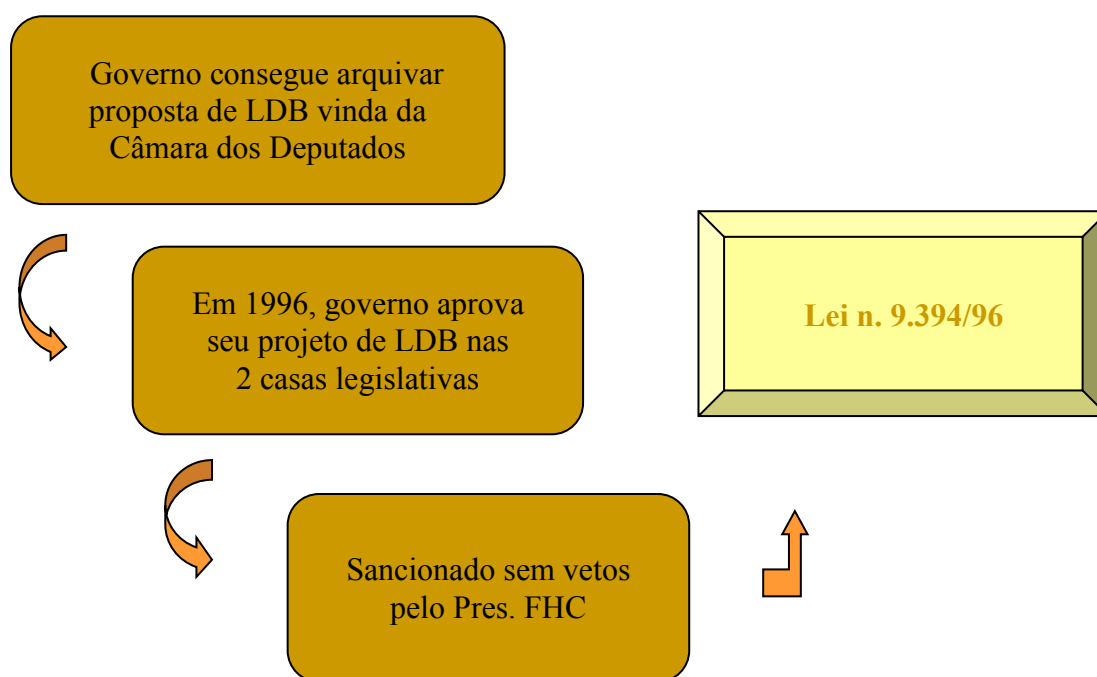
Hoje, a expressão máxima da educação a distância é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que se trata de um regime integrado de universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, municípios e do Distrito Federal. (UAB, 2014).

### **1.3 LEGISLAÇÃO DA EAD**

O Brasil é pródigo em exemplos de professores muito competentes no uso de tecnologias e educação a distância. Mas, quase sempre eles foram vistos como grupos de excêntricos ou visionários, que se dedicaram às pesquisas nesse campo sem apoio oficial – quando muito, alcançavam a piedosa complacência dos gestores. Algumas vezes, os grupos que atuavam na área, disputavam entre si, em vez de unidos, buscarem a sensibilização dos dirigentes. O resultado disso foi que a educação a distância ficou sendo uma ilha em nossas universidades e instituições. (MEC, 2003)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, também introduziu reformas substanciais à educação profissional e à educação universitária, estabelecendo critérios de avaliação e produtividade, capazes de pressionar por mudanças de estratégias de ensino e, conseqüentemente, intervir na definição do perfil profissional brasileiro.

Figura 3.1 - Legislação



FONTE: autoria própria

No ano de 1996, a educação a distância foi incluída na legislação educacional com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o artigo 80 regulamenta a modalidade de ensino:

- Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)
- § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
- § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.
- § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)
- § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 2014).

Alguns Estados se baseiam nas normas do MEC, enquanto outros, possuem legislação própria, conforme demonstra na tabela 1. Isso representa um maior empenho governamental na regulamentação e na supervisão da educação a distância no Estado e, conseqüentemente, elevando o nível de qualidade dos cursos oferecidos.

TABELA 3.1 - LEGISLAÇÃO DA EAD NOS ESTADOS BRASILEIROS

UF	BASEADOS NAS NORMAS DO MEC	POSSUI LEGISLAÇÃO ESTADUAL	UF	BASEADOS NAS NORMAS DO MEC	POSSUI LEGISLAÇÃO ESTADUAL
AC	X		PB	X	
AL	X		PE	X	
AM	X		PI		X
AP	X		PR		X
BA	X		RJ		X
CE		X	RN	X	
DF	X		RO	X	
ES		X	RR	X	
GO	X		RS		X
MA	X		SC		X
MG	X		SE	X	
MS		X	SP		X
MT		X	TO	X	
PA	X		Fonte: ABED, 2014		

A legislação brasileira da educação a distância realizou mudanças progressivas nos marcos regulatórios, o que de certa maneira possibilitou ampliar a

oferta de cursos no país. Para Vianney (2010), com a compreensão legal da EAD, é possível listar as principais características da educação a distância a partir de uma perspectiva da Legislação. A saber:

- ♣ Democratização do acesso;
- ♣ Flexibilidade em tempo e lugar para os estudos;
- ♣ Eficiência da metodologia;
- ♣ Aumento da capacidade de leitura e de escrita;
- ♣ Autonomia do estudante;
- ♣ Redução de custos;
- ♣ Ampliação da abrangência das instituições;
- ♣ Compatibilidade com jornadas especiais de trabalho;
- ♣ Acesso a conteúdos e atividades estruturadas de aprendizagem;
- ♣ Acompanhamento por professores tutores mesmo em regiões remotas;
- ♣ Promoção da modernização do ensino presencial pela incorporação da EaD;
- ♣ Qualificação dos métodos de ensino e de aprendizagem;
- ♣ Acessibilidade de pessoas portadoras de alguma deficiência.

Segundo o MEC os aspectos legais relevantes são:

- A partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº. 9.394/96, trata-se a EaD como uma forma de ensino equivalente ao presencial em todos os níveis - principalmente no artigo 80.

- Os Referenciais de qualidade para cursos de EaD, em 1998. Não sendo normatizadores, porém tendo um caráter e orientação para cursos a distância.

- O Decreto nº. 2.494/98 regulamenta o artigo 80 da LDB, definindo a educação a distância.

- O Decreto nº. 2.561/98 delegou competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino, de que trata o artigo 8º da LDBEN, para promover os atos de credenciamento de instituições de ensino.

- A Resolução nº. 01/01-CNE (Conselho Nacional de Educação) estabelece as normas para a pós-graduação lato e stricto sensu, fixando condições de validade de certificados de cursos a distância.

- A Portaria nº. 4.059/04 confere às IES (Instituição de Ensino Superior) a autonomia de introduzir na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores presenciais, podendo ofertar até 20% das disciplinas integrantes do currículo que utilizem a modalidade semipresencial.

- O Decreto nº. 5.622/06 regulamenta o artigo 80 da Lei nº. 9.394/96, das diretrizes e bases da educação nacional, estabelece formas de acordo de cooperação e convênios e as competências do MEC, das autoridades dos sistemas estaduais e do Distrito Federal.

- A Portaria Normativa nº. 02/07 dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior a distância, regulam o credenciamento das instituições para oferta de cursos em EaD, bem como dos polos de apoio presencial.

- Regulamentada a Resolução nº. 1 de 08 de junho de 2007 é regulamentada e estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, preconizando a inclusão de provas presenciais e defesa presencial individual de trabalho de conclusão de curso, bem como o registro do certificado por instituições devidamente credenciadas e que efetivamente ministraram o curso.

O avanço e a utilização das tecnologias está cada vez mais presente em nosso cotidiano, que nos ajuda a aprender, pensar, agir com mais facilidade, o que gera uma maior interação entre as pessoas e uma busca cada vez mais acelerada de conhecimento em pouco tempo disponível.

O homem está em busca de aperfeiçoar seu dia-a-dia através de inovações tecnológicas que facilitam seu viver.

A EAD vem a ser uma alternativa importante principalmente para uma melhora da vida acadêmica, pois os alunos via internet, pode estudar em ótimas instituições de ensino sem que o fator localização geográfico o impossibilite disto.

A Educação a Distância possui características específicas, quebrando a concepção da presencialidade existente no processo de aprendizagem em que a realização de uma aula é somente possível na presença do professor e de um aluno.

As ações de EaD são norteadas por alguns princípios, entre eles:

Flexibilidade: permitindo mudanças durante o processo, não só para professores, mas também para alunos;

Contextualização: satisfazendo com rapidez demandas e necessidades educativas ditadas por situações socioeconômicas específicas de regiões ou localidades;

Diversificação: gerando atividades e materiais que permitam diversas formas de aprendizagem;

Abertura: permitindo que o aluno administre seu tempo e espaço de forma autônoma (LEITE, 1997, p 38).

Esses princípios representam a quebra de paradigmas existentes na educação presencial, uma vez que remete a reflexões sobre os meios de disseminação do ensino, as estratégias de acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

O progresso da EaD e o desenvolvimento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) alteraram radicalmente o panorama do ensino e da aprendizagem, e neste novo cenário, tanto os alunos quanto os professores tiveram também suas funções modificadas.

Rena Palloff e Keith Pratt (2004, p. 25-35) traçam um perfil do aluno virtual de sucesso. Ele precisa ter acesso a um computador e a um modem ou conexão de alta velocidade e saber utilizá-los; ter a mente aberta e compartilhar detalhes sobre sua vida, seu trabalho e outras experiências educacionais; não se sentir prejudicado

pela ausência de sinais auditivos ou visuais no processo de comunicação; desejar dedicar uma quantidade significativa de seu tempo semanal a seus estudos e não ver o curso como, a maneira mais leve e fácil" de obter créditos ou um diploma; ser, ou passar a ser, uma pessoa que pensa criticamente; ser capaz de refletir; e acreditar que a aprendizagem de alta qualidade pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento.

Quanto ao professor, de sábio no palco (sage on the stage), com a EaD ele se transforma em guia do lado (guide on the side). Como afirma Pierre Lévy (1999, p. 171), os professores passam a ser compreendidos como animadores da inteligência coletiva, e sua atividade será fundamentalmente o acompanhamento e a gestão da aprendizagem, com o estímulo à troca de conhecimento e mediação.

A educação a distância, portanto, como modalidade de ensino capaz de ampliar as possibilidades de acesso à educação, é viabilizada a partir da incorporação das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação e de modelos pedagógicos e gerenciais que possibilitam sua expansão e a qualidade dos serviços educacionais. Em contexto pedagógico, requer uma organização curricular inovadora, que proporcione a construção do conhecimento, a aquisição de conteúdo, o desenvolvimento das habilidades e competências requeridas pelo mercado de trabalho e pela sociedade na qual o futuro profissional exercerá seu papel de trabalhador e cidadão.

#### **1.4 CRESCIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL**

No Brasil, a EaD acompanha o surgimento dos meios de comunicação e até a década de 1970 era marcada como uma das principais no mundo.

Há registros históricos que colocam o Brasil entre os principais do mundo no desenvolvimento da EaD, especialmente até os anos 70. A partir dessa época, outras nações avançaram e o Brasil estagnou, apresentando uma queda no ranking internacional. Somente no final do milênio é que ações positivas voltaram a acontecer e pudemos observar novo crescimento, gerando nova fase de prosperidade e desenvolvimento (ALVES, 2011 *apud* VILAÇA, 2010).

Em 1900, anúncios em jornais ofereciam cursos profissionalizantes por correspondência. Já em 1923, também no Rio de Janeiro, surgia a Radio Sociedade do Rio de Janeiro ofertando vários cursos (Língua Portuguesa e Francesa, Literatura, entre outros). Em 1939, foi criado o Instituto Monitor, projeto que oferecia cursos profissionalizantes a distância com material impresso enviados por correspondência. No ano de 1941, é criado o Instituto Universal Brasileiro no mesmo modelo do Instituto Monitor. Em 1947, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Serviço Social do Comércio – SESC lançam a Universidade do Ar, através do rádio. Nos anos 1960 e 1970, pelos canais de TV, iniciavam-se programas de educação a distância formais, como a TV Ceará que ministrava o Ensino Fundamental (5ª a 8ª série).

Os computadores chegaram ao Brasil na década de 1970, apesar de ter sido uma ferramenta adquirida por universidades, não possuía fins educacionais. Na década seguinte, surgem os computadores mais avançados e a partir da segunda metade dos anos 1990 a informática ganha maior proporção na educação. Posteriormente, ao computador foi agregada a rede mundial de computadores, capaz de conectar, em tempo real, informações de todo o mundo em apenas um clique. A modalidade de ensino a distância passa, então, a se expandir pela internet.

Vilaça (2010) afirma que o ensino por correspondência, rádio e TV constituiu o primeiro conjunto de iniciativas de ensino a distância no Brasil. Esse autor, citando Moore e Kearsley (2007), considera gerações da modalidade a distância de acordo com a tecnologia utilizada.

Moore e Kearsley (2007) descrevem a evolução da EaD indicando cinco gerações, e segundo a descrição desses autores, a primeira geração é caracterizada pela oferta de cursos que fazem uso de material impresso, sendo entregue aos alunos através do correio. Eram denominados de “[...] estudo por correspondência [...]”, também chamado de estudo em casa pelas primeiras escolas com fins lucrativos, e “[...] estudo independente [...]” pelas universidades (MOORE E KEARSLEY, 2007)



A sociedade está caminhando para ser uma sociedade que aprende de novas maneiras, por novos caminhos, com novos participantes (atores), de forma contínua. As cidades se tornam mais cidades educadoras, integrando todas as competências e serviços presenciais e digitais. A educação escolar precisa, cada vez mais, ajudar todos a aprender de forma mais integral, humana, afetiva e ética, integrando o individual e o social, os diversos ritmos, métodos, tecnologias, para construir cidadãos plenos em todas as dimensões. (MORAN, 2008).

Podemos citar a ABED como exemplo de uma sociedade que possui interesse em educação a distância e em novas tecnologias de aprendizagem.

A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) é uma sociedade científica, sem fins lucrativos, criada em 21 de junho de 1995 por um grupo de educadores interessados em novas tecnologias de aprendizagem em educação a distância, que tem como objetivos: estimular a prática e o desenvolvimento de projetos em educação a distância; e incentivar a prática da mais alta qualidade de serviços para alunos, professores, instituições e empresas que utilizam a educação a distância. (ABED, 2014).

Essa associação pública que, anualmente, através do Censo.EAD.Br, que investiga o setor da educação a distância no Brasil e que tem por objetivos estratégicos criar sinergia no ambiente acadêmico de educação a distância, além de promover a integração entre instituições de educação, governos, órgãos de regulação, associações, alunos e representantes do ambiente de educação a distância.

No Censo EAD BR 2012, divulgado no fim de setembro de 2013, pela ABED, pode-se constatar uma enorme evolução e procura por cursos a distância. Comparando os dados do ano de 2011, o estudo apontou um crescimento de 52,5% nas matrículas, quase 5,8 milhões de alunos inscritos. Desse total, 74,4% das matrículas realizadas foram em cursos livres, 19,8% em cursos autorizados e 5,8% em disciplinas de cursos presenciais que podem ser estudadas a distância.

A maior concentração de cursos autorizados/reconhecidos é no nível superior de pós-graduação, 53% contra 26% de graduação, em que, grande parte desses cursos reconhecidos/autorizados (49%) e livres (62%) são instituições localizadas na região sudeste. A região sul coloca-se na segunda posição com (31%).

A área de conhecimento de maior concentração dos cursos autorizados/reconhecidos, cursos livres e das disciplinas na modalidade de educação a distância é a área de Ciências Sociais, seguida pela de Educação.

O total de matrículas em 2012 foi de 5.772.466, sendo, 5,8% nas disciplinas de educação a distância dos cursos presenciais (336.223), 19,8% dos cursos autorizados (1.141.260) e 74% dos cursos livres (4.294.982).

Em relação aos cursos livres, estes são, geralmente, oferecidos por grandes empresas e também por instituições que se especializam, exclusivamente, em cursos a distância. Os cursos livres são, em grande parte (39%), desenvolvidos por grandes empresas. No entanto, as micro, pequenas e médias empresas possuem oferta significativa, com 12%, 33% e 16%, respectivamente. Além disso, embora ofertados pela maioria das instituições com diversas modalidades de ensino, também o são por instituições que se especializaram exclusivamente em cursos a distância (44%) (CENSO EAD.BR, 2013).

De acordo com os dados do Censo EAD BR 2013, divulgado no fim de setembro de 2014, as matrículas em EaD. apontaram diminuição em 29,9% em relação ao ano de 2012, o qual registrou grande crescimento do ensino EaD.

Tabela 4.1 – CENSO EAD BR 2013

Ano	Número							
	Cursos autorizados		Cursos livres (público em geral)		Cursos corporativos		Disciplinas	
	Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas
2012	1.749	1.141.260	5.083	3.568.856	2.437	726.127	6.500	336.223
2013	2.219	882.843	5.754	1.628.220	3.778	1.271.016	3.982	262.236

FONTE: CENSO EAD BR 2013 <http://slideplayer.com.br/slide/2971284/>

De acordo com Luciano Sathler, diretor da ABED, a modalidade a distância favorece a democratização do acesso à educação. E, dentre as principais vantagens desses cursos, destaca-se a flexibilidade de tempo e de espaço. “O aluno pode estudar no momento que for melhor e onde preferir, com a vantagem de que, no ambiente virtual, ele encontra um corpo de tutores e docentes para dialogar fora das aulas.” (ABED, 2013).

Com a maior disseminação da cultura da modalidade de educação a distância, os cursos em EaD passam a atender alunos que buscam um diploma de curso superior ou querem atualizar os conhecimentos profissionais e que não têm condições de frequentar diariamente uma faculdade.

Acredita-se que devido à busca incessante pelo conhecimento, pela qualificação profissional, pelo avanço das tecnologias disponíveis e pela falta de tempo das pessoas, a modalidade de educação a distância está revolucionando as práticas e as estruturas educacionais no Brasil e no mundo, mas, ressaltando que, a EaD não deve ser tratada como uma mercadoria e que deve ser evidenciado o seu potencial, estabelecendo regras e normas de utilização.

## Capítulo 2

### TECNOLOGIAS SOCIAIS

Este trabalho considera os conceitos e atividades relativos às tecnologias sociais, especificamente, em sua relação com as práticas educativas sociocomunitárias, com o objetivo maior de se entender o emprego educativo das novas tecnologias de informação e da comunicação como instrumentos de construção de autonomia das comunidades, via práxis, tecnológica e sociocomunitária. Esta modalidade tecnológica e educativa está ainda por ser inventariada, sendo desconhecida em muitos dos seus aspectos, quais sejam: de referências teórico-metodológicas, ético-políticas, ideológicas, tecnológicas e didático-pedagógicas, o que dá justificativa para este trabalho. Do ponto de vista metodológico, conduziu-se, inicialmente, uma revisão de literatura para depois discutirem-se propostas de ações para o levantamento de iniciativas baseadas em tecnologias sociais. Como resultado e sequência deste trabalho, ter-se-á condições de produzir indicadores para uma avaliação que se pretende criticar estes tipos específicos de intervenções educativas com bases tecnológicas de cunho social e comunitário.

As tecnologias sociais educativas buscam a melhoria da qualidade de vida das comunidades mais necessitadas e em situação de risco do ponto de vista da educação sociocomunitária e por meio de tecnologias de baixo custo e amplo acesso. Para isso, fornecem veículos educativos que permitem às comunidades o desenvolvimento de uma visão das oportunidades que tais tecnologias permitem para o desenvolvimento de autonomia social.

Tecnologias sociais podem muito bem e de forma inicial e baseada no senso comum, assumir uma visão um tanto pragmática, mas, alertamos, devem considerar também as preocupações teóricas e conceituais do tema. Neste início de século XXI, percebemos que a vida humana é, em grande medida, projeto – projeto da vida para nós mesmos e para a comunidade em que vivemos. Possuímos uma intrigante capacidade de inventar tecnologias – e tentativamente apresentamos uma primeira definição do que sejam elas, mesmo que nos obrigando, posteriormente, a melhor elaborá-las do ponto de vista conceitual. Tecnologia, por ora, é tudo aquilo que o ser

humano inventa para tornar a sua vida mais fácil, ou, então, mais agradável. As tecnologias são ferramentas que ajudam a nos manter vivos: no plano dos meios e no plano dos fins. E o que chamamos de educação é exatamente o processo mediante o qual nos transformamos e transformamos o nosso entorno, com um grau potencialmente mais elevado de autonomia, conforme nos tornamos mais educados. Nosso projeto de vida e a estratégia necessária para transformá-lo em realidade. Estes são os ingredientes básicos do desenvolvimento humano, vale dizer, da educação.

Como pano de fundo desta discussão, sabemos que as revoluções científicas e tecnológicas da história moderna determinaram mudanças no comportamento e no desenvolvimento sócio-econômico-cultural de nossos dias e a educação, certamente, não passaria incólume. A ubiquidade e onipresença da tecnologia em nossas vidas e em nossas atividades cotidianas, inclusive aquelas de cunho pedagógico-escolar, forçam-nos a repensar e adaptar alguns processos historicamente aceitos.

Tecnologia é como visto e do ponto de vista desta proposta, tudo o que aumenta as capacidades humanas. Desta forma, a primeira tecnologia pode ter sido o pedaço de osso que um determinado hominídeo utilizou para se defender ou para atacar outro animal. Num histórico de evolução das tecnologias, elas tiveram inicialmente um papel de suporte às atividades operacionais do homem, seguido por uma utilização planejada e sistemática como aquela chamada pelos gregos de *techné* (do grego *tictein*): criar, produzir atividades práticas ou arte prática, o saber fazer humano, tendo como exemplos as técnicas de plantio e de caça, ligadas ao uso de ferramentas pessoais), quando foram repensadas em termos da Revolução Industrial (já no final do século XVIII e início do século XIX), quando a técnica passa a tecnologia (SANCHO, 1998; LITWIN, 1997).

Já em termos educativos, esta marcante influência da tecnologia na sociedade não é apenas questão de se levar a tecnologia até a escola para que se obtenham melhorias na qualidade da educação, como parecem pensar alguns governos. O emprego inovador de tecnologia no dia-a-dia pelas comunidades, pode ser a grande diferença para que se mude radicalmente a centralização do processo

educativo na educação formal (é o processo de educação integral, estendendo-se do ensino primário ao ensino secundário e ensino superior) e escolar (é o processo de educação realizado em um sistema escolar de ensino, podendo ser desenvolvido em institutos e demais instituições), mas com bases não formais e sociocomunitárias, como defenderemos neste texto. Quando falamos de comunidades, podemos nos lembrar da definição de tecnologia de Bunge (1980): um corpo de conhecimentos só uma tecnologia se, e somente se, é empregado para controlar, transformar ou criar coisas ou processos, naturais ou sociais. Note-se o termo sociais, por ele citado.

Castells (2001) considera que a tecnologia é dimensão fundamental de mudança social, já que a própria evolução e transformação das sociedades são feitas através da interação complexa de fatores culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. Castells considera que estamos numa era paradigmática que poderia ser chamada de informacionalismo, em contraposição ao industrialismo que cede espaço à primeira como matriz dominante da sociedade do século XXI. É a sociedade em rede que tem ampla base tecnológica.

Em trabalho que mobiliza o conceito de tecnologia, o filósofo brasileiro Vieira Pinto (2005) nos apresenta os quatro sentidos mais comuns do tema: o primeiro é o etimológico, onde definimos tecnologia como o logo ou discurso da técnica. Aqui faríamos a discussão da técnica, do ponto de vista das artes, do saber fazer, das profissões e o modo de se produzir algo; o segundo sentido é o clássico sinônimo de técnica ou know-how; terceiro, o sentido de ser a tecnologia um conjunto de técnicas de domínio de uma sociedade, ou seja, o nível de desenvolvimento produtivo de dada sociedade; finalmente, o sentido de que a tecnologia é a ideologia da técnica.

Paulo Freire considerou a tecnologia como uma grande expressão da criatividade humana. Prova disto, desejou ser visto como um homem de seu tempo atual e não afastado dele. Para Freire, a tecnologia é expressão do processo de engajamento do homem ao mundo para sua transformação. Ainda, a tecnologia é meio de afirmação de uma sociedade política devido ao fato de ser prática humana e, certamente, influenciada por ideologias, pois serve a tecnologia a interesses

múltiplos: ela não é, portanto, neutra - segue a visão de mundo da sociedade que a produz e a utiliza (FREIRE, 1987).

A contextualização da tecnologia auxilia em sua reinvenção, a fim de propor o poder do comunitário que a tecnologia oferece (PICKLER & SOFFNER, 2011).

Demo (2003) sugere que as novas tecnologias significam enorme potencialidade, em primeiro lugar para resolver o problema da informação e, sobretudo, para afinar o desafio da formação. Embora este ambiente esteja eivado de contradições e falsas expectativas, representa marcante conquista humana tecnológica e contém horizontes promissores de acesso mais equânime ao conhecimento e à aprendizagem.

#### 1- O conceito de tecnologias sociais:

De acordo com Bava (2004), tecnologias sociais são métodos e técnicas que impulsionam processos de cidadania, tirando proveito de experiências inovadoras que possam defender os interesses da sociedade. As tecnologias sociais têm papel de estímulo às comunidades locais, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das mesmas e inserção social. Decorre que, tecnologias sociais são um conjunto de técnicas e procedimentos metodológicos que visam à aplicação do conhecimento científico e tecnológico, produzido nas universidades, centros de pesquisa e organizações governamentais e não governamentais, em articulação com o conhecimento produzido pelas comunidades, para o desenvolvimento urbano regional e local sustentável.

Para Pedreira e Lassance Junior (2004), tecnologias sociais são técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social comprovado, gerados por demandas sociais reais, a fim de solucionar problemas sociais. Também enfatizam a localização da realidade social e a relação com a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Embora o conceito maior possa abranger as mais diversas áreas do conhecimento como possibilidades de aplicação, este projeto de pesquisa considera

o foco da educação. Consideraremos, portanto, para fins de delimitação da proposta, a somatória dos conhecimentos técnicos e científicos de escopo comunitário.

Baumgarten (2006) considera que tecnologia pode ser definida como uma atividade socialmente organizada e baseada em planos e de caráter prático. O emprego do complemento social nos faz entender que esse conjunto de conhecimentos, processos e métodos estão à disposição da sociedade, em busca de desenvolvimento social. O uso conjunto dos termos social e tecnologia mostra a preocupação conceitual de se solucionarem as necessidades da sociedade dentro da própria esfera de desenvolvimento tecnológico.

A definição de tecnologias sociais considera como mandatórios os processos de transformação social, autonomia, participação e inclusão social, em busca de melhoria da qualidade de vida e atendimento das necessidades sociais básicas, bem como, o acesso e apropriação de tecnologias específicas. E, em especial, para a proposta desta pesquisa, a ação educativa de práxis sociocomunitária. E citamos, ainda, a preocupação permanente de combater a tendência da tecnologia capitalista moderna de "[...] submeter os trabalhadores aos detentores dos meios de produção e países subdesenvolvidos a países desenvolvidos, perpetuando e ampliando as assimetrias de poder dentro das relações sociais e políticas" (DAGNINO, 2009, p. 18).

A Rede de Tecnologias Sociais (RTS), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), busca a construção do marco regulatório sobre tecnologias sociais no Brasil. Define tecnologias sociais como o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e aplicadas na interação com a população, representando soluções para a inclusão social e a melhoria das condições de vida.

De acordo com Dagnino, Brandão e Novaes (2004), a tecnologia social deveria ser vista de dois diferentes focos: primeiro, o marco analítico-conceitual que conforma o que se chama de tecnologia social; segundo o seu caráter de rede. Uma rede de tecnologia social se articula como uma alternativa eficaz para a solução dos problemas sociais relacionados a essa dimensão e como um vetor para a adoção de



políticas públicas que abordem a relação ciência-tecnologia-sociedade num sentido mais coerente com a realidade e com o futuro que a sociedade deseja construir.

Para Rodrigues e Barbieri (2008), um dos conceitos de tecnologia social atualmente em voga é o que compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Para Caliman (2012 apud Soffner, 2014), tecnologias sociais são resultados de projetos na área da pedagogia social, sendo esta entendida como uma ciência que produz tecnologia educacional por meio de métodos, técnicas e soluções para problemas encontrados pelas pessoas, sobretudo, crianças e jovens; e quando busca a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e grupos, e o desenvolvimento educativo integral das pessoas envolvidas na transformação social do ambiente ao qual se aplica.

Para Lévy (1999), e podemos relacionar o que se segue à práxis tecnológica, é necessário forjar instrumentos – conceitos, métodos, técnicas – que tornem sensível, mensurável, organizável, em suma, praticável o progresso em direção a uma economia do humano. Tecnologias sociais não podem desprezar o cabedal prévio de uma comunidade ao se apresentar como “engenharia de laço social”.

Gadotti (2000) destaca o papel das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos educativos contemporâneos ao afirmar que “com o rápido crescimento e a evolução tecnológica da Web, a educação a distância baseada na Internet está sendo considerada como importante e apropriado espaço de formação para resolver demandas educacionais que os sistemas tradicionais de ensino têm dificuldades de atender. Como consequência, todas as instituições que se dedicam à educação deverão iniciar movimentos para oferecer cursos pela Web nas suas áreas de competência” (GADOTTI, 2000, pp. 231-241).

De acordo com a pesquisa realizada pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), em 2011-2012, o Brasil

possui 99 milhões de computadores, enquanto os EUA apresentam 2,9 bilhões. Isto dá ao Brasil a marca de 1 computador para cada 2 habitantes, o que é expressivo. Mas a questão é: qual é a real distribuição dessa tecnologia? Essas pesquisas nos parecem bastante tendenciosas quando tentam mostrar uma realidade de inclusão digital que pode estar mascarada pelo critério de homogeneidade da distribuição pelo país e pelas categorias sociais.

Dados do Comitê para a Democratização da Informática (CDI) mostram que 79% da população mundial ainda se encontra digitalmente excluídos, sendo a tecnologia cada vez mais importante e urgente para o desenvolvimento sustentável, já que habilita as pessoas e as comunidades no acesso às oportunidades de vida.

Nota-se a importância da problemática aqui apresentada quando se pensa na redução destas estatísticas tão desfavoráveis do ponto de vista da sociedade.

Concluindo, por conta do avanço acelerado das tecnologias, tal modalidade deve garantir a manutenção dos professores e tutores, pois o conhecimento pedagógico e didático são conhecimentos nunca prontos e acabados, mas sempre em constante discussão.

### Capítulo 3

## EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA

Educação, tem necessário envolvimento com o cotidiano e é impossível dela acontecer sem que haja, em seu entorno espacial e histórico, uma comunidade (GOMES, 2007).

Gomes (2007) relata que a proposta da investigação em Educação Sociocomunitária surgiu do estudo da identidade histórica de uma prática educativa, a Educação Salesiana. A qual, em suas origens históricas, fundava na articulação de uma comunidade civil de religiosos e cidadãos comuns em torno de projeto educacional que participou e promoveu transformações sociais em seu tempo e lugar histórico. O autor chama a atenção para o modelo de educar marcado por intervenções educativas que articulam com a comunidade para transformações sociais.

Educação Sociocomunitária é, assim, numa primeira visão, o estudo de uma tática pela qual a comunidade intencionalmente busca mudar algo na sociedade por meio de processos educativos. (Gomes, 2007)

Bauman (2003 apud Gomes, 2007), a comunidade, como local e prática do cotidiano, é também o local onde se reiteram as tradições, onde se fixam os preconceitos, onde se praticam de forma transparente as exclusões menos perceptíveis, sob a égide serena dos hábitos e costumes. Pode ainda ser o refúgio e o lugar da resistência a mudanças, a ruptura possível e concreta em relação à sociedade, a comunidade alternativa que se propõe sempre como melhor do que está aí, numa sentença que tanto pode inspirar um projeto utópico como um profundo sentimento sectário e isolacionista, a construção concreta do projeto do medo, como ensina Bauman.

Park e Burgess (1973, p.148) defendem que uma comunidade deve ser considerada a partir da “distribuição geográfica dos indivíduos e instituições de que

são compostos”. “Toda comunidade é uma sociedade, mas nem toda sociedade é uma comunidade”.

São muitas as definições de comunidade, havendo conceituações diferentes em diversos campos do conhecimento.

Ao pensar na comunidade na atualidade, Marcos Palácios (2001, p.04) defende que alguns elementos fundamentais caracterizam uma comunidade na atualidade: a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos. Para ele, a questão da territorialidade assume novo sentido:

O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (a distância), mas possibilita a coexistência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas (PALÁCIOS, 2001, p.07).

Bourdin (2001), ao discutir o lugar da dimensão local na sociedade contemporânea por meio de um paradigma do local, propõe pensar que a localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Em outros casos, ela exprime a proximidade, o encontro diário, em outro ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas.

Grosso (2011) define que a sociedade refere-se as relações societárias, grupos secundários, relações estabelecidas voluntariamente por meio de contrato entre indivíduos, dando a confluência de certos interesses individuais singulares, mesmo quando há separação espacial, empresa, partido, clube, universidade, cidade.

Logo, podemos concluir que o conceito contemporâneo não abandona as delimitações físicas, mas também não se limita a elas. Adquire relevância o sentimento de pertença, já que se pode pertencer à distância.

Comunidade e sociedade são lógicas sociais relacionadas a aspectos fundantes e fundamentais da vida humana: segurança (garantia da vida) e liberdade (expressão da vontade).(GROPPO, 2011).

Grosso (2006), também coloca que o termo comunidade vem sendo tratado pelos cientistas com cuidado, desconfiança e até negação, dada a grande carga ideológica que possui, a qual pode criar muita confusão por sua abrangência semântica e apelo emocional que apenas a sua pronúncia é capaz de trazer.

Entendemos comunidade como “um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas que se servem dos meios comuns para lograr fins comuns” (FICHTER, 1973, p. 155), que tem vontade própria, interesses comuns. Logo, o simples fato de se ter um grupo com o mesmo objetivo, já temos uma comunidade.

Logo podem colaborar para a construção do conceito de comunidade, alguns elementos como: um sentido de lugar, exemplo local de trabalho ou estudo, cidade, bairro; compartilhamento de interesses em comum ou perspectivas, como pontos de vista e ideologias; laços sociais, por exemplo, círculo de amizade; diversidade, como por status socioeconômico, profissão, sexualidade, dentre outras.

Na busca por mudar algo na sociedade por meio de processos educativos é que se concretiza sua autonomia. Buscar mudar a sociedade significa romper com a heteronímia, como ser comunidade perenemente determinada pela sociedade. (GOMES, 2009)

Segundo Rigo (2007), um educador com modo sociocomunitário deve ter uma profunda confiança no educando, acreditar nas experiências que ele fez para entender seu mundo e nas capacidades que desenvolveu para sobreviver. Confia que pode colaborar para que os entendimentos de seus educandos possam ser expandidos.

A concepção da Educação Sociocomunitária, considerando a filosofia Institucional do PPGE/Unisal: educar para a autonomia, para a emancipação e para a transformação social (KIRSCH, 2014).

Para Demo (2010) emancipação é processo histórico de conquista e exercício da qualidade de ator consciente e produtivo “[...] é fenômeno teórico e prático ao mesmo tempo. Tem momento relevante na tomada de consciência crítica, quando o ser social descobre sua condição histórica, que em parte ela é dada, em parte é causada.”

Para a educação, emancipar significa o ato de libertar-se.

A educação sociocomunitária tem por objetivo a emancipação e autonomia do sujeito, dando ensejo a transformação social.

Segundo Bissoto & Miranda (2012), “A educação sociocomunitária, antes do que uma subdivisão ou uma especialização da educação, deve ser entendida como um processo: aquele de escuta – e assim de trazer à tona, de favorecer a emersão das diferentes vozes que compõem as múltiplas educações, que vão nos configurando, construindo a nossa subjetividade - enquanto vamos sendo inseridos nas malhas de relações sociais que constituem o viver”.

O exercício de escutar atentamente as diferentes vozes, construindo nossa subjetividade dá ensejo a uma realidade mais crítica e emancipatória, daí o empoderamento e autonomia.

Nesse mesmo diapasão, Bissoto & Miranda (2012) continua:

A escuta atenta destas vozes, o colocá-las em diálogo, levantando a discussão de suas contradições e ideologias, é fundamental para que tenhamos uma tessitura da realidade mais crítica e emancipatória. É por meio desta discussão que a educação para a autonomia é possível. Deve ser guiada por 5 princípios: a) o empoderamento- incrementar a habilidade dos sujeitos e grupos para influenciar as tomadas de decisão quanto a questões que os afetam e às suas comunidades; b) a participação- suportar as pessoas de modo a incentivá-las a tomar parte nos processos de tomada de decisão naquilo que diz respeito às suas condições de existência, a organizarem-se socialmente; c) a inclusão, a equanimidade de

oportunidades e a justiça social- reconhecer que há sujeitos e grupos que necessitam de apoio para superar as barreiras que encontram para participarem ativamente da vida em comum; d) a autodeterminação- apoiar o direito das pessoas de fazer suas próprias escolhas, decidir o que pretendem e entendem por bem-estar e e) a parceria e o espírito de democracia- reconhecer que muitas agências podem contribuir para o desenvolvimento da comunidade, desenvolver o conceito de democracia cognitiva.

Freire (2003) coloca que a visão de educação é realizar-se como prática da liberdade. Com esta prática, os educandos tornam-se sujeitos livres, prática esta que só se realiza com uma pedagogia em que o oprimido tenha condições de descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

Oliveira (2008), sobre pensamento de Boaventura, o fazer pedagógico emancipatório é pensar na possibilidade de desenvolvimento da autonomia intelectual e social dos sujeitos individuais e coletivos envolvidos no processo educativo. É pensar nos processos de formação identitária.

Para Freire (2003), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Segundo Freire (2003), a educação tem como objetivo libertar o educando da realidade opressiva e da injustiça.

A informação se transforma em conhecimento através dos processos de comparação, de conexões e relacionamento, de conversação e de consequências (implicações daquela decisão e ação). Conhecer significa associar e ligar saberes. (SOFFNER,2011)

Grosso (2011) desejos de liberdade, autonomia e emancipação em tempos de ilusão e medo são: Desejo de ser livre para poder superar os estreitos e limites da comunidade, sem romper com a segurança que promove, mas combatendo as excessivas privações da vontade que costuma gerar. Desejos de ser autônomo em tempos de manipulação pelas instituições de mercado e poder, vontade de escapar das cordas que prendem nossos braços e pulsões para gritar e poetizar. Desejo de se emancipar, utopia quase tresloucada de indivíduos e grupos que se vêm a

acossados pelas ditaduras das coisas, as quais de nós exigem atenção, produtividade, controle, perfeição e conformação.

É preciso, portanto, compreender que ao se propor o estudo da Educação Sociocomunitária, a proposta não é feita como hipótese de resolução de todos os problemas sociais e educativos, mas como problematização das possibilidades de emancipação de comunidades e pessoas em constituir articulações políticas, expressas em ações educativas, que provoquem transformações sociais intencionadas. (GOMES, 2007)

Ao buscar a emancipação, a comunidade consolida sua autonomia. Buscar mudar a sociedade significa romper com o que já está enraizado, como ser comunidade perenemente determinada pela sociedade.

A educação sociocomunitária, muito pode ser desenvolvida no contexto da tecnologia e a comunicação, pois os meios de comunicação virtual podem desencadear comunidades com finalidades diversas. Quando o interesse em promover a educação às comunidades são focados dentro dos meios virtuais, verdadeiros celeiros de desenvolvimento social podem surgir e se propagarem dentro da própria internet, despertando o interesse nas pessoas em contribuir para um mundo melhor, com menos desigualdades e oportunidades de conhecimento e crescimento intelectual para todos, independente do seu credo, raça ou situação socioeconômica.

A educação por meios de comunicação virtual pode ser desenvolvida por meio de sites, dentro das instituições por meio de sua plataforma de EAD (Educação à Distância), nas comunidades das redes sociais comunitárias, dentro das comunidades virtuais, criando-se comunidades de pesquisa, fóruns de discussões, e nas ONGs (Organizações não governamentais) que utilizam-se do meio virtual no desenvolvimento de projetos educacionais e sociais.

São muitas iniciativas, são muitas as possibilidades, são inúmeros os internautas que promovem educação, inclusão e cidadania através da tecnologia.



## **Capítulo 4**

### **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL NUM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA – TEORIA E PERSPECTIVAS**

Concordamos com Freire (2000) quando afirma: Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos.

Concordamos, também, com Soffner (2011), que a informação se transforma em conhecimento e que os componentes básicos da construção do conhecimento a partir da informação são as pessoas (indivíduo e comunidade), os processos, a tecnologia (redes) e a cultura.

Moran, Masetto e Behrens (2006) afirmam que educação é para a integração do discente em uma sociedade, de modo que possa contribuir para o desenvolvimento no local onde ele está inserido e seja capaz de promover as mudanças necessárias em sua comunidade.

Ao pensarmos no olhar e na expectativa da comunidade, inicialmente precisamos entender o conceito do que seja comunidade, do que estamos nos referindo apesar das diversas definições sobre o termo que é carregado de conceitos ideológicos do ponto de vista social, conforme vimos no item anterior, intitulado Educação Sociocomunitária.

Pode-se afirmar que as relações e questões locais continuam a ter um papel essencial na vida diária dos residentes, porque o homem é, antes de qualquer coisa, um ser social. Fadado a viver socialmente, ele forma comunidade à medida que se mobiliza para agir de forma planejada em um espaço específico, visando o interesse de todos. A comunidade compreende um lócus mais restrito, no qual as interações sociais são mais próximas.

O viver em comunidade promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ainda que nem todos estejam engajados nesse processo de desenvolvimento comunitário. Contudo, não é possível falar em desenvolvimento comunitário sem exaltar a importância da participação nas decisões a serem tomadas e que provocarão impacto na vida das pessoas dessa comunidade. Quanto mais as pessoas que compõem a comunidade se derem conta da necessidade e valor de sua participação, mais desenvolvida ela será.

Na vida das metrópoles, interpretar as comunidades como pequenos grupos com interesses e vontades comuns, se torna complexo na medida em que percebemos como se estabelecem as relações hoje na sociedade, com seus laços enfraquecidos pela luta da sobrevivência que muitas vezes distanciam das possibilidades das vontades e das articulações de seus interesses coletivos.

Para tanto, é necessário compreender a comunidade como se identificam seus sujeitos, sua lógica de vida social, suas relações como setor organizado da sociedade.

Para entendermos e explicitarmos o olhar que a comunidade tem para com ela mesma, suas expectativas e sentimentos, se fez necessário percebermos suas raízes culturais, sua história e compreender como se relacionam, considerando suas relações interpessoais na trama histórica entre passado, presente e perspectiva de futuro.

É a comunidade na sua expressão de conquista de sua cidadania que pode mobilizar-se e manifestar-se em prol dos seus interesses, junto ao poder público, na luta de espaços políticos de participação e de direitos. Cabe aos educadores contribuírem na formação desses saberes que promovam estas manifestações que constroem a vontade e a opinião para o exercício da democracia.

Para o desenvolvimento de uma cidadania realmente atuante, capaz de desencadear transformações sociais efetivas, é fundamental o conhecimento.

Acreditar na potencialidade do ato de sonhar coletivamente, nessa perspectiva, significa compreender a importância da rigorosidade metódica para, ao perceber os temas contidos nas situações-limites, tomá-los como objeto de estudo e reflexão, podendo perceber também que “além dessas situações e em contradição com elas encontra-se algo não experimentado”. (FREIRE, 2011, p. 30).

Entendemos que essa proposta de Paulo Freire trará novos olhares, visão crítica e política para a construção de potenciais emancipatórios das comunidades, na concepção de educar sujeitos da História.

Bacha Filho (2013, p.32), quanto à melhoria do sistema educativo para levar a educação para todos:

Se esforços para a melhoria do sistema educativo devem centrar-se na ampliação das oportunidades de aprendizagem, a EaD é um possível instrumento para concretizar políticas de equidade que aumentem as oportunidades educativas de grupos tradicionalmente marginalizados e permitam a construção de uma sociedade em que todos os cidadãos compartilhem um patamar comum de conhecimento e códigos culturais atenuando a injusta exclusão social.

O tema em estudo nasceu em razão da expansão da Educação a Distância (EaD), que vem se tornando uma discussão fundamental para quem está refletindo sobre os rumos da educação numa sociedade cada vez mais interconectada.

O nascimento da Educação a Distância (EaD) na percepção de Ozires Silva (2007, p. 6), "é um marco que não pode ser ignorado e certamente traz para a humanidade uma aceleração acentuada para a construção de uma vida melhor para milhões de seres humanos, não importando onde estejam". Para ele, é onde começa a se delinear o sonho da humanidade de maior nivelamento social, mais equilíbrio econômico, por força da capacidade imensa da educação em transformar. Mas por si só ela não fará isso, daí a importância das Tecnologias Sociais que impulsionariam a organização social por meio da educação. Organização que deve respeitar a cultura e os desejos de ser uma comunidade.

Não há como contestar que a tecnologia está incorporada na produção do conhecimento e na apropriação do saber. Sua validação no espaço científico e acadêmico é percebida por meio dos investimentos de todos os segmentos da sociedade. Devem-se buscar novos sentidos para tecnologia no campo da educação envolvendo as comunidades, usuários e receptores do processo de ensino e aprendizagem.

Toda a ação de criação tecnológica é um conjunto de procedimentos encadeados entre si (o conhecimento funcional), que se estruturam na interação com os objetos em construção. Este conhecimento, na forma de saber-fazer ou de enunciados, assegura a própria construção do conhecimento (FERREIRA, 2001).

A oportunidade de melhorar as práticas educativas, bem como, de levar a construção do conhecimento para muitos que não tinham, é possível com a Educação a Distância.

Conforme já mencionado no item Educação a Distância, o Diretor da ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância, a modalidade a distância favorece a democratização do acesso à educação. Se essa democratização de fato se transforma em democratização dos saberes – na produção, uso e validação mais equânime do conhecimento que existe numa comunidade - é outra questão.

A constatação de que a tecnologia faz parte das ações rotineiras das pessoas e propõe novas formas de pensar as questões que se referem à cultura e a comunicação, não pode mais ser negado. Importante salientar que, além de modificar o contato do homem com a sociedade, a tecnologia é considerada um novo símbolo para a própria sociedade.

Desta forma, as hipóteses desta pesquisa levam a buscar a compreensão das tecnologias com olhar no fazer uso dela como objeto de conhecimento e instrumento necessário para transformação social. Não qualquer transformação, mas aquela que é pensada com os sujeitos, os membros de uma comunidade, incentivando-os a problematizarem seu cotidiano e as formas de melhorarem suas condições de existência.

A velocidade com que tudo ocorre no mundo contemporâneo é uma característica muito forte da nossa época, tornando-se uma força que leva à necessidade de adaptação de todos os segmentos da sociedade.

A Educação a Distância, além de constituir-se como um processo social, da mesma forma que todas as outras esferas da educação, possui algumas especificidades.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/1996, a EaD está contemplada e são consideradas pelo menos duas questões importantes: a) o acesso da população às tecnologias emergentes; b) a possibilidade de redução de custos e atendimento a uma parcela significativa da população normalmente desassistida. Como fator de expansão da educação superior no Brasil, a EaD também está contemplada no artigo 80 (LDBEN). Para tanto, o poder público incentiva o desenvolvimento e a veiculação de programas de EaD, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada, incluindo a difusão por meio das tecnologias de informação e comunicação.

As tecnologias sociais do ponto de vista educativo vem implementar no processo de educação a distância um ponto de vista de educação para a práxis sociocomunitária, suportada pela tecnologia.

Com a educação as pessoas têm possibilidades de tornarem-se autônomas e emancipadas. É através da educação que as pessoas têm condição de análise crítica de qualquer situação, por exemplo, para escolher os políticos que irão lhe representar no país, com isso, promover a transformação social do seu entorno.

A educação a distância trabalha a pedagogia da teoria e da prática como um horizonte sem fim, onde o aprendiz busca a aprendizagem dia a dia para obter conhecimentos que possam transformar o cotidiano no processo educativo.

Educar é preparar para a liberdade, transformar o aluno em um ser livre para saber escolher e atuar socialmente. A EaD é caracterizada pelo modelo no qual “[...]”

todos ensinam e todos aprendem; o aluno é o agente de construção do seu saber e o professor é o mediador para facilitar a mudança das informações em conhecimento”. (AZEVEDO; GONÇALVES, 2005, p.56).

Quadro 4.1 – A sala de aula antes e depois da internet

	Na educação tradicional	Com a nova tecnologia
O professor	um especialista	um facilitador
O aluno	um receptor passivo	um colaborador ativo
A ênfase educacional	memorização de fatos	pensamento crítico
A avaliação	do que foi retido	da interpretação
O método de ensino	repetição	interação
O acesso ao conhecimento	limitado ao conteúdo	sem limites

Fonte: Revista Nova Escola, Ano XIII, Nº 110, Março de 1998.

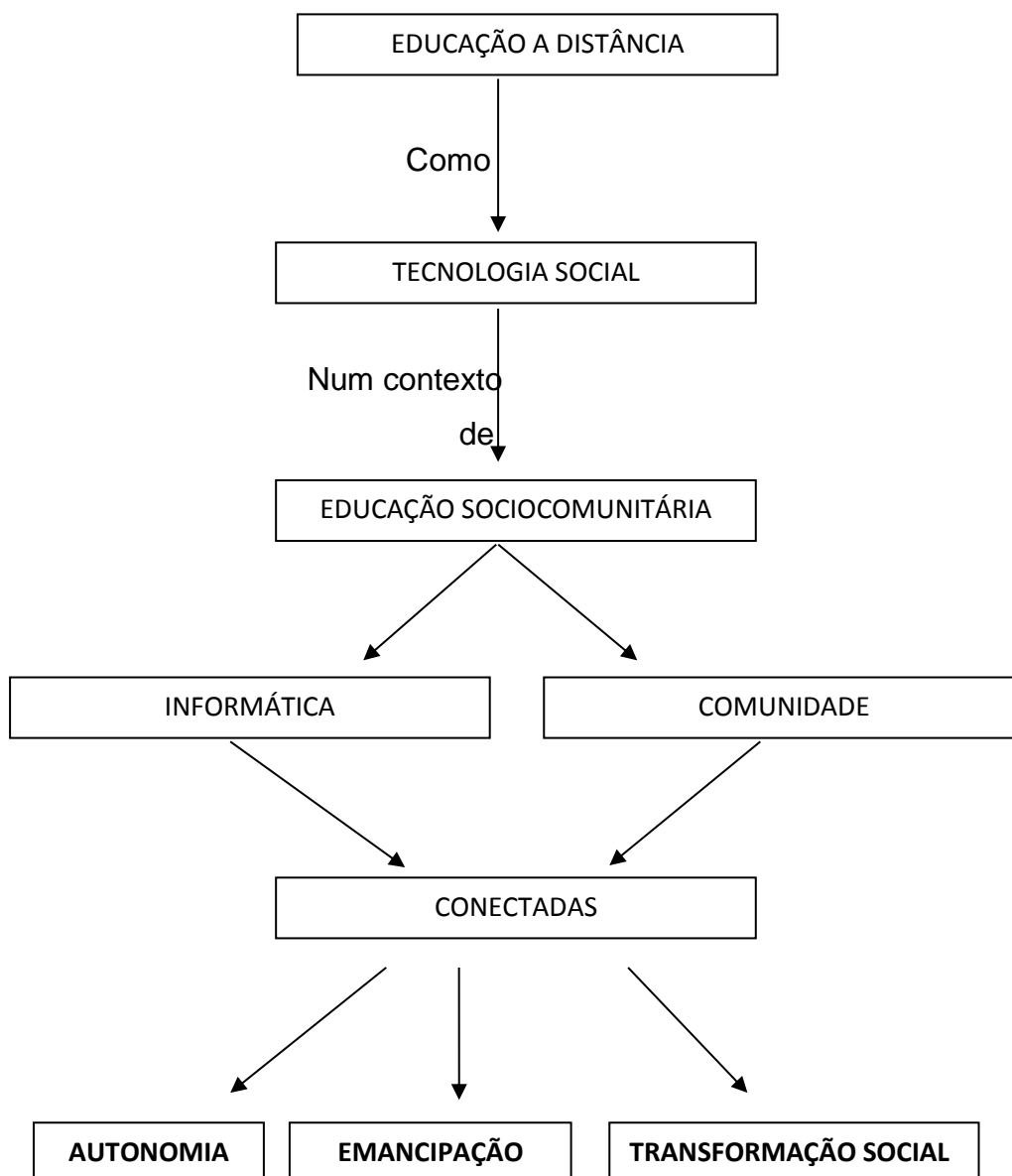
A educação que copia e reproduz modelos acaba criando limites para o cérebro humano. É preciso mudar profundamente os métodos de ensino para explorar cada vez mais a capacidade de pensar, deixando de lado apenas o desenvolver a memória.

Segundo GADOTTI (1998) as tecnologias sociais transformam esta ideia de memorização em aprender a pensar, não reproduzir:

Os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar o poder da comunicação audiovisual e da informática, seja para informar, seja para bitolar as mentes. Trabalhamos ainda com recursos tradicionais que não têm apelo para as crianças e jovens [...] É preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar – a capacidade de pensar – em vez de desenvolver a memória. A função da escola consiste em ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar a linguagem, inclusive a linguagem eletrônica. (GADOTTI, 1998, p. 304).

Para Moran (2000), a utilização das tecnologias colabora com os processos educativos de várias maneiras. Segundo o autor, o aluno aumenta as conexões linguísticas, geográficas e interpessoais, desenvolve o aprendizado cooperativo, a pesquisa em grupo, a troca de resultado; desenvolve a intuição, a flexibilidade mental e a adaptação a ritmos diferentes.

Figura 4.1 – Crescimento EaD



FONTE: autoria própria

Para Papert (2007), a aprendizagem é um ato natural, como comer, por exemplo, ou conversar face a face. O professor como mediador faz emergir, através da relação entre teoria e prática, o entendimento de que os problemas existentes não são resolvidos apenas por técnicas. A aprendizagem significativa acontece quando os alunos podem, também, participar do processo.

Ainda de acordo com este autor, quando o conhecimento é distribuído em minúsculos pedaços, não se pode fazer mais do que memorizá-lo na aula e escrevê-

lo em um teste. Quando ele está integrado em um contexto de uso, pode-se ativá-lo e corrigir falhas menores.

O uso do computador como ferramenta propõe um novo paradigma e demanda, portanto, a construção de novos conceitos e práticas pedagógicas. (SOFFNER, 2007)

A tecnologia tem permitido novas formas de comunicação e transmissão de informação aos seus usuários. A Internet tem permitido uma nova maneira de comunicação.

As comunidades são criadas a partir de interesses em comum de seus membros. A partir deste interesse, as pessoas conseguem criar entre si relações sociais. Reighold (1973), um dos pioneiros na identificação deste fenômeno, apud Recuero (1992), descreveu sua experiência na rede "The Well", contando como o sentimento comunitário permeava todos os participantes dos fóruns e de como estas relações a princípio virtuais foram estendidas para o mundo real.

Portanto, há uma nova forma de interagir, de comunicar, de reunir pessoas sob a forma de uma comunidade. Este fenômeno derruba o paradigma dos meios de comunicação e de comunidades.

A Internet possibilita a comunicação mediada pelo computador e recentemente o uso das redes sociais potencializou essa comunicação principalmente entre os jovens.

A plenitude do processo da aprendizagem pelo aluno volta-se para a construção/formação do cidadão, preocupado com a realidade social de seu país. Torna-o consciente de seu papel como sujeito produtor de seu próprio conhecimento, contribuindo para a renovação do meio onde vive, inclusive na busca por soluções e inovações tecnológicas e científicas.



Belloni (2003, p. 42) acentua que “[...] na aprendizagem autônoma, ao contrário, o estudante não é objeto ou produto, mas o sujeito ativo que realiza sua própria aprendizagem”.

Segundo Freire (2005, p. 77), a educação problematizadora permite “[...] a libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.

Este processo em relação à construção do conhecimento, para Freire (2005, p. 78) é o:

[...] objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educando, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador – educandos.

Educar passa a ser um processo de conceder autonomia, ou seja, liberdade para participar, interagir, libertar, respeitando-se as diferenças, onde há incentivo e apoio.

Como facilmente se compreende, as técnicas sociais num contexto de educação sociocomunitária pode ser o diferencial de uma educação a distância, por isso, o professor envolvido neste processo educativo tem que estar preparado e acreditar na transformação da educação através de outros tipos de ferramenta.

Valente (1993) aponta:

A mudança da função do computador como meio educacional acontece juntamente com um questionamento da função da escola e do papel do professor. A verdadeira função do aparato educacional não deve ser a de ensinar, mas sim a de criar condições de aprendizagem. Isso significa que o professor precisa deixar de ser o repassador de conhecimento – o computador pode fazer isso e o faz tão eficiente quanto professor – e passar a ser o criador de ambientes de aprendizagem e o facilitador do processo de desenvolvimento intelectual do aluno.

O professor preparado para explorar as tecnologias sociais na educação a distância é um professor consciente de seu tempo e dos recursos a sua disposição, com visão emancipadora, em busca de mudança de práxis, de cidadania, de

sustentabilidade. É um professor que sabe utilizar as ferramentas que reforçam o poder multiplicador das tecnologias sociais.

Cada dia mais pessoas estudam em casa, pois podem, de lá, acessar o ciberespaço da formação e da aprendizagem a distância, buscar “fora” – a informação disponível nas redes de computadores interligados [...] a sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, igrejas...) [...] como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimentos (GADOTTI, 2003).

Para Law (1986), a tecnologia é constituída de elementos heterogêneos: pessoas, competências, artefatos, fenômenos naturais. Seu emprego educativo deve considerar, portanto, todas estas dimensões.

De acordo com Chaves (2011), tecnologia é:

(...) na minha forma de ver, é tudo aquilo que o ser humano inventa para tornar sua vida mais fácil ou mais agradável. Ela inclui coisas tangíveis (hardware), como equipamentos, instrumentos e dispositivos diversos, e coisas intangíveis (software), como linguagens, sistemas numéricos, sistemas de notação (musical, por exemplo), métodos, procedimentos, princípios, regras de organização, etc. Assim, a linguagem verbal, que inclui a fala e a escrita, é tecnologia. Comunidade, embora possa parecer estranho a alguns, também é tecnologia.

Para Warschauer (2004), as atividades humanas são mediadas pela tecnologia, no papel de ferramentas e são alteradas por ela. Não apenas melhoram as atitudes, mas afetam o fluxo e a estrutura das funções mentais.

Conforme afirma Bava (2004), a Tecnologia Social vai além das capacidades de programar soluções para problemas específicos na comunidade. Ela pode ser vista como técnica/método que possibilita impulsionar os processos de empoderamento do sujeito/comunidade, de modo que estes possam disputar nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam de experiências inovadoras no passado em defesa dos interesses da comunidade. Neste sentido, Caldas, Leal e Machado (2007, p.4) entendem a tecnologia social como:

[...] um conjunto de técnicas e procedimentos que visam à transferência do conhecimento científico aplicado, produzido nas universidades, centros de pesquisa e organizações governamentais e não governamentais, para fomentar o desenvolvimento de comunidades sustentáveis. Sua aplicação requer estreita relação de parceria com a comunidade na identificação dos problemas e desenvolvimento de soluções.

“Tecnologias sociais devem, portanto, gerar soluções de transformação social, dentre de uma participação do coletivo”. (SOFFNER; BALDUCCI, 2012, p.10)

Este trabalho não se constitui como uma simples constatação teórica resultante de reflexões e pesquisas, mas está sendo encarado como parte do desafio educacional de quem procura buscar novas ferramentas estabelecidas na educação a distância, explorando as “Tecnologias Sociais” e a “Educação Sociocomunitária”.

Ao que se aparece, o mundo em que vivemos necessita de algo que se modifica constantemente. Os professores precisam buscar dimensões que possam fazer a diferença na educação e ganhar novos contornos através da Educação a Distância.

Segundo Moran (2006, p. 12), o ato de educar é “[...] ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade”.

Os estudos apontam que a modalidade a distância favorece a democratização do acesso à educação. Logo com a educação temos inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Moran, também, nos ensina que a prática pedagógica da universidade deve “[...] formar para a cidadania, como sujeito histórico e transformador da sociedade, e contribuir para a produção do conhecimento compatível com o desenvolvimento tecnológico contemporâneo” (MORAN, 2006, p. 72).

Deve-se formar o aluno dentro desta aprendizagem como cidadão crítico, participativo, cooperativo, com espírito solidário, que saiba trabalhar em grupo, respeitando as diferenças e que busque transformar a sociedade onde vive. É a

formação do “sujeito cognoscente” que “[...] valoriza a reflexão, a ação, a curiosidade, o espírito crítico, o questionamento” (MORAN, 2006, p. 86).

Considerando todos os conceitos trabalhados, podemos concluir que a educação a distância pode ser tida como tecnologia social e tem total relação com a educação sociocomunitária, eis que todas trabalham para o desenvolvimento comunitário.

De acordo com ROBINSON e GREEN (2011) quando pensamos em desenvolvimento comunitário, vem à mente a vida em uma comunidade. É importante lembrarmos que a vida em comunidade requer certos comportamentos, construídos coletivamente. Comunidade é o local onde pessoas vivem e se relacionam, que possuem interesses comuns. A comunidade proporciona a maioria das atividades e necessidades das pessoas que a constituem. Por isso, é importante que o desenvolvimento desta comunidade, conhecido como desenvolvimento comunitário, seja amplo pensando na coletividade.

Desenvolvimento apresenta muitos significados, incluindo modernização, urbanização, transformação social ou política, tecnologia e crescimento econômico. Implícitos em todos esses está à ideia de que o desenvolvimento envolve mudança direcionada para algum tipo de objetivo específico, social ou econômico.

Com base no entendimento do conceito de desenvolvimento, o desenvolvimento comunitário tem como objetivo atender e promover a comunidade, ou seja, a coletividade. O conceito do desenvolvimento comunitário tem evoluído para incluir um foco muito mais amplo. Com o desenvolvimento comunitário, a comunidade se torna protagonista do seu próprio desenvolvimento. O desenvolvimento comunitário só é possível se gerado de mãos dadas com a Educação. É através da aprendizagem, ações e reflexos que estão dentro da educação, que se poderá diagnosticar as necessidades sociais, pessoais, econômicas e políticas da comunidade. (ROBINSON e GREEN, 2011)

Já que estamos a tratar do desenvolvimento comunitário, cabe distinguir o que é “desenvolvimento-na-comunidade” e “ desenvolvimento-da-comunidade”. O

primeiro se dirige ao ambiente, mais voltado a benfeitorias locais, enquanto o segundo parece estar mais voltado para as pessoas, é mais abrangente. É preciso pensar no investimento no capital humano e ao dizermos isso, resvalamos inevitavelmente para o papel da educação no desenvolvimento comunitário.

Para o desenvolvimento da comunidade é essencial a EDUCAÇÃO e a educação a distância tem contribuído para isso, não podemos negar.

A educação é o instrumento capaz de lidar com toda complexidade que há na questão. Através da educação, se tem a possibilidade de romper com “designs” de desenvolvimento comunitário e ampliar as perspectivas de intervenção significativa para uma comunidade específica, ainda que a médio e longo prazo, pois permite um estudo sobre os processos e propõe atuação baseado no princípio da reflexão-ação-reflexão.

O Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (IPAE) organizou a lista das 263 que tiveram credenciamento, sendo as mesmas divididas por ano. A evolução foi a seguinte:

Tabela 4.2 – Credenciamento EAD: Evolução

1998	2
1999	0
2000	4
2001	8
2002	34
2003	25
2004	33
2005	35
2006	11
2007	17
2008	31
2009	22
2010	9
2011	5
2012	10
2013	14
2014	14

Fonte: Alves, 2015

No tocante à localização geográfica, apenas o Estado do Acre não tem instituição credenciada a distância, considerando o levantamento pelo Instituto em Outubro de 2014. Segue localização geográfica das unidades de ensino credenciadas:

**a) Região Norte**

- Pará 5
- Amazonas 3
- Tocantins 3
- Roraima 3
- Roraima 1
- Amapá 1

**Total: 16 (6,08%)**

**b) Região Nordeste**

- Bahia 12
- Ceará 7
- Maranhão 4
- Rio Grande do Norte 3
- Piauí 4
- Pernambuco 5
- Alagoas 2
- Sergipe 2
- Paraíba 2

**Total: 41 (15,59%)**

**c) Região Sudeste**

- Minas Gerais 32
- Rio de Janeiro 30
- São Paulo 60
- Espírito Santo 5

**Total: 127 (48,29%)**

**d) Região Sul**

- Paraná 25
- Rio Grande do Sul 19
- Santa Catarina 15

**Total: 59 (22,43%)**

**e) Região Centro-Oeste**

- Mato Grosso do Sul 6
- Distrito Federal 8
- Mato Grosso 3
- Goiás 3

**Total: 20 (7,61%)**

Fonte: Alves, 2015

Os cursos de graduação a distância, com base nas pesquisas levantadas para este trabalho, apresentam-se como uma resposta à demanda gerada pelas políticas públicas de expansão do ensino superior. A promoção da inclusão de alunos que, normalmente, teriam dificuldades de acesso ao ensino superior, na sua forma presencial, seja pela localidade, falta de tempo, preço, entre outros motivos, pode se dar pela otimização do uso das novas tecnologias na difusão de conhecimentos e pela proposição de arranjos didático-pedagógicos compatíveis com uma concepção de processo ensino-aprendizagem que amplie as chances de construção do conhecimento pelo aluno.

Logo, é possível concluir que Educação a Distância pode ser considerada uma tecnologia social e que a EaD trabalha a inclusão social, sendo, os sujeitos aprendentes autores do processo coletivo de construção do seu próprio conhecimento, promovendo o desenvolvimento comunitário e transformação social na vida de cada sujeito aprendente.

Como diz Valente (1993), “as possibilidades de uso do computador como ferramenta educacional está crescendo e os limites dessa expansão são desconhecidos”, não podemos negar que com a Educação a Distância, também, acontece à inclusão no mundo digital.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos compreender que a aprendizagem é um processo que está ligado não apenas à consciência e habilidades cognitivas, mas também à subjetividade do sujeito (SILVA; BRANDÃO, 2011).

Tendo este trabalho a finalidade de metapesquisa, ou seja, a pesquisa que discute uma proposta de pesquisa, com o objetivo de propor alternativas metodológicas e epistemológicas, e mais especificamente delimitadas pelo conceito de tecnologia e seu papel social; educação à distância como instrumento de tecnologia social, apresentamos como resultados o que se segue, considerando que o trabalho tem por objetivo declarar as condições iniciais para a proposição de indicadores de avaliação do emprego de tecnologias sociais em comunidades educativas, servindo a presente pesquisa como base para pesquisas futuras.

Para Lipnack e Stamps apud Soffner e Barbosa (2011, p.6), uma comunidade baseada em tecnologia bem sucedida é tão dependente da cultura de trabalho em grupo quanto de tecnologia. Tal cultura deve permear as atividades de compartilhamento e socialização de informação, além da aprendizagem dinâmica, permitindo a melhoria de processos dos vários componentes da rede, num movimento emergente. Para isso, devem ser verificados:

1. Quais as referências teórico-metodológicas que embasam as propostas educativas desenvolvidas a partir de tecnologias sociais;
2. Quais as referências teórico-metodológicas que embasam as propostas de educação sociocomunitária;
3. Os aspectos sociais e culturais, bem como, aqueles de natureza política e ideológica quanto à educação;
4. O contexto de descentralização dos processos de educação, contribuindo para a efetiva realização da educação do ponto de vista sociocomunitario;
5. Importância da educação para o desenvolvimento comunitário.



Norteadas por esses questionamentos, procuramos orientar a investigação se a Educação a Distância pode ser tida como tecnologia social e sua relação com a educação sociocomunitária.

Se considerarmos os requisitos que permeiam a avaliação de tecnologias sociais de cunho educativo, consideraremos a importância precípua da aprendizagem e da participação da comunidade como processos de transformação social.

Para avaliarmos o emprego educativo e pedagógico da tecnologia na dimensão comunitária, podemos, também, pensar a influência social do ponto de vista da exclusão social e digital, dando atenção aos resultados que a experiência de emprego da tecnologia pode trazer: aquisição de informação, comunicação, competências e estratégias de solução de problemas comunitários, capacidade de raciocínio, modelagem e simulação de situações reais que afetam a comunidade, e a eficácia de colaboração.

As tecnologias de informação e comunicação permitem a criação de comunidades de prática: qualquer pessoa da comunidade deve estar apta a publicar ou editar textos e artigos redigidos nos temas de interesse para a comunidade; estes serão socializados e submetidos a discussões comunitárias, como numa ágora eletrônica; as pessoas precisam de redes sociais sólidas e um fluxo constante e confiável de informação prontamente disponível, relevante e pertinente aos problemas da comunidade; esta informação deve contribuir com a criação de conhecimento útil para a comunidade; algumas ferramentas a serem identificadas ou propostas para tais fins: blogs, grupos de discussão de tópicos de interesse comunitário, modelos de análise de processos para a solução de problemas ou tomada de decisão.

O engajamento da comunidade com as tecnologias sociais deve garantir que as ferramentas são relevantes para as pessoas e para seus objetivos; deve-se ouvir as expectativas das pessoas, e entender suas necessidades, seus desejos de metas a serem atingidas; deve-se, também, prover ferramentas que possam expressar a

personalidade; facilidade de acesso e flexibilidade de uso do portfólio de ferramentas.

A chamada World Wide Web (WWW), traz consigo ferramentas e recursos de colaboração bastante interessantes para a educação, criando verdadeira base para as chamadas comunidades virtuais de aprendizagem. A interação contínua e permanente de um grande número de agentes geograficamente isolados pode viabilizar o que Lévy (1999) chamou, e já foi citado anteriormente, de inteligência coletiva, capaz de criar, utilizar e compartilhar conhecimentos. Redes sociais baseadas nestas tecnologias são extremamente populares na primeira década do século XXI e exigem estudos que as habilitem a coordenar processos de educação. É de suma importância conduzir esta discussão para o território da educação não-formal, dadas as amplas possibilidades de aplicação.

Finalmente, as propostas deste trabalho em relação às questões socioeducativas seriam:

- articulações comunitárias de caráter emancipatório;
- educação como tática pela qual a comunidade intencionalmente busca mudar algo na sociedade por meio de processos educativos, buscando o desenvolvimento comunitário.

Esperamos identificar se a Educação a Distância pode ser considerada uma tecnologia social e que a EaD trabalha a inclusão social, sendo, os sujeitos aprendentes autores do processo coletivo de construção do seu próprio conhecimento, promovendo transformação social no entorno em que vivem e consequentemente o desenvolvimento comunitário.

Foram delineadas noções de como elaborar um levantamento bibliográfico, discutindo-se a importância da delimitação do tema de pesquisa, da seleção adequada da base de dados bibliográficos, do uso adequado das terminologias e do resumo para a seleção dos documentos que integrarão a pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como sequência deste trabalho, ter-se-á condições para uma avaliação destes tipos específicos de intervenções educativas com bases tecnológicas de cunho social e comunitário. Acreditamos que a possibilidade de uso de tecnologias sociais no âmbito comunitário poderá trazer benefícios para as comunidades aprendentes. É preciso compreender a profunda alteração epistemológica que a tecnologia moderna nos oferece, qual seja, o emprego criativo e o desenvolvimento de novas tecnologias de suporte aos processos de aprendizagem participativa, colaborativa e inventiva.

A Educação a distância no Brasil cresce a cada dia. Aliado a esse crescimento, há o aumento do interesse da sociedade em adquirir conhecimento e requerer seus direitos das políticas públicas.

O avanço das tecnologias favorece esta modalidade de ensino. Com a EaD um grupo de pessoas que trabalha de forma colaborativa e auto-organizada na rede, como no caso de uma comunidade virtual, gera informação de valor para os indivíduos e para a comunidade, permitindo que esta se auto-organize ao redor de informação compartilhada. A partir de indivíduos que tomam a iniciativa de compartilhar informação de valor emergirá uma comunidade inteligente que aprende e se adapta a novas condições de ambiente em mutação.

Para Moran (2000), a utilização das tecnologias, colabora de diversas maneiras com os processos educativos. O aluno aumenta as conexões linguísticas, interpessoais e até geográfica. Desenvolve o aprendizado cooperativo, a pesquisa em grupo, a troca de resultados; desenvolve a adaptação, flexibilidade, intuição, entre outros.

O uso do computador como ferramenta propõe um novo paradigma e demanda, portanto, a construção de novos conceitos e práticas pedagógicas. (CORREA, 2013)

Para Papert (2007, apud Correa, 2013, p.96), a aprendizagem é um ato natural, como comer, por exemplo, ou conversar face a face. O professor como mediador faz emergir, através da relação entre teoria e prática, o entendimento de que os problemas existentes não são resolvidos apenas por técnicas.

Este trabalho apresentou uma proposta de pesquisa acadêmico-científica de relevo e bastante pertinente – diríamos até mandatória - dado o momento histórico de necessidade de suporte às comunidades que pretendem fazer da educação sociocomunitária uma força social capaz de colaborar no processo de transformação da realidade que se nos apresenta nesse cenário mundial produzido pelo modo de produção capitalista em sua atual fase de desenvolvimento. Entendido o comunitário como o predomínio das relações de interesses comuns, com características de intersubjetividade propiciadoras de modalidades organizacionais que podem construir a autonomia, esta pesquisa propôs estudar as condições da práxis educativa que intensifique esses processos de autonomia e cidadania, por meio das tecnologias sociais, daí a Educação a Distância.

Propusemos um marco referencial sobre tecnologias sociais de aplicação educativa para a práxis sociocomunitária, por meio de conceituação própria a partir de levantamento de literatura de estado da arte, e de autores de referência na área; este poderá proporcionar um mapeamento das iniciativas de tecnologias sociais de cunho sociocomunitário, em qualquer área delimitada para pesquisa, e também indicadores para a avaliação do tema em estudo.

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar conclusões definitivas, mas sim, abrir possibilidades para novas investigações na área. Sugere que outras experiências sejam elaboradas no futuro, e que seja mantida a proposta atual.

A EaD tem sido uma importante via de descentralização e expansão da oferta do ensino superior no país.

A educação sempre foi um importante fator de desenvolvimento. Na atualidade, percebe-se que a educação a distância assume um papel ainda mais importante no desenvolvimento econômico e social, tornando-se um fator de desenvolvimento da própria educação (MORAES, 2010 apud Ferrugini e outros, 2013, pg.4).

A EaD estimula a diminuição da grande desigualdade social existente, visto que oferece acesso a educação às pessoas com diversos tipos de dificuldade, sendo propulsora da difusão do conhecimento para alguns que não tem acesso, além do valor ser mais em conta que a educação presencial. É uma ferramenta inclusiva, pois aumenta as chances de inserção do cidadão no universo do saber epistemológico.

Michael Moore e Greg Kearsley, enfatizam:

Uma característica especial da educação a distância e talvez daquilo que a maioria das pessoas considera quando pensa sobre educação a distância é a capacidade de uma instituição ou organização proporcionar acesso à educação a alguns alunos que, de outra forma, não poderia obtê-la. (...) o acesso é até mais importante para determinados tipos de alunos deficientes, idosos ou que moram em áreas rurais ou remotas. (2007, p.178)

O crescimento e desenvolvimento de um país, seja na esfera econômica política ou social, são proporcionalmente dependentes do nível educacional proporcionado a sua população (ALLEN & SEAMAN, 2010 apud FERRUGINI e outros, 2013, p.3)

A tecnologia social identifica os problemas enfrentados pelas comunidades e busca uma transformação social com os envolvidos, logo como vimos no decorrer do trabalho que com a EaD muitas pessoas que não tinham ou não teriam acesso a educação, passam a ter, sendo claro que a Educação a Distância pode ter tida como instrumento de tecnologia social.

Como já abordado, os fatores econômicos, sociais e políticos possuem interferência direta na aplicação da educação, logo a educação se consolida como prática social, visto que, com isso, torna-se possível uma sociedade autônoma, emancipada e mais esclarecida em todos os aspectos, aí sua relação com a educação sociocomunitária.

Terminamos o trabalho reforçando que a Educação é fator indispensável para qualquer nação se desenvolver, que a Educação a Distância pode sim ser considerada como instrumento de tecnologia social.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALVES, João Roberto Moreira. **A Educação Superior a Distância: uma análise de sua evolução no cenário brasileiro**. [http://www.abed.org.br/arquivos/A\\_educacao\\_superior\\_a\\_distancia\\_Joao\\_Roberto\\_M\\_Alves.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/A_educacao_superior_a_distancia_Joao_Roberto_M_Alves.pdf). Acesso em: 30 maio 2015

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO À DISTANCIA (ABED) (Brasil) (Org.). **CensoEaD.BR 2013/2014**. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/censoead2013/CENSO\\_EAD\\_2013\\_PORTUGUES.pdf](http://www.abed.org.br/censoead2013/CENSO_EAD_2013_PORTUGUES.pdf)>. Acesso em: 21 abril 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO À DISTANCIA (ABED) (Brasil). **Perguntas frequentes (faq)**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/site/pt/faq/>>. Acesso em: 20 julho 2015.

BARRETO, Maribel Oliveira. **Os Ditames da Consciência**. Salvador: Sathyarte, 1ª Edição, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003.

BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologia. In: CATTANI, Antonio; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

BAVA, Silvio Caccia. **Tecnologias Sociais e Políticas Públicas**. In: FUNDAÇÃO BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

BERGER, P., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.248.

BISSOTO, M. L. MIRANDA, A. C. (orgs.). **Educação Sociocomunitária: tecendo saberes**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A., 2001.

BRASIL, lei 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 20 de dez. de 1996. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1). Acesso em: 23 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. 2007. Disponível em: <[http://www.more.ufsc.br/homepage/inserir\\_homepage](http://www.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage)>. Acesso em: 23 maio 2015.

BRASIL, Decreto Nº 5622, de 19 De Dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 23 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.** Disponível em:<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/)>. Acesso em: 19 setembro 2015.

BUNGE, Mario. **Epistemologia.** São Paulo: TAQ-EDUSP, 1980.

CALDAS, Alcides, LEAL, Danubia, MACHADO, Verena. **Tecnologia Social: Cooperação Universidade/Comunidade para o Desenvolvimento Urbano Regional e Local Sustentável.** 2007. Disponível em <http://www.lasociadacivil.org/wp-content/uploads/2014/11/010.pdf>. Acesso em 04 julho 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. in A era da informação: Economia, sociedade e cultura.

CASTRO, Cosette, **TV digital e EAD: uma parceria perfeita para a inclusão social.** Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/150/141>. Acesso em 05 Setembro 2015.

CHAVES, Eduardo O C. **A Tecnologia e a Educação.** 1999. Disponível em:<<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nEAD/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Tecnologia/chaves-tecnologia.pdf>>. Acesso em: 18 julho 2015.

CORREA, Maria D.C.; **Tecnologia e Práticas Educativas: O Projeto Mundo do Saber.** Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Sociocomunitária. Americana, 2012. Disponível em: <[http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Maria-Dorothea-Chagas-Correa.pdf](http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Maria-Dorothea-Chagas-Correa.pdf)> Acesso em: 25 julho 2015

COUTINHO, Clara e LISBÔA, Eliana; **Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem: Desafios para Educação no Século XXI.** Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_VolXVIII,n%C2%BA1\\_5-22.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista_Educa%C3%A7%C3%A3o_VolXVIII,n%C2%BA1_5-22.pdf)>. Acesso em: 19 setembro 2015.

COLL, C., BUSTOS, A. & ENGEL, A. (2010). **As comunidades virtuais de aprendizagem.** In C. Coll & C. Monereo, **Psicologia da educação virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação** (pp. 268-286). (N. Freitas, Trad.). Porto Alegre: Artmed.

COLL, C. & MONEREO, C. (2010). **Psicologia da educação virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação.** (N. Freitas, Trad.). Porto Alegre: Artmed. Lévy, P. (2011). **Cibercultura.** (3ª ed.). (C. I. Costa, Trad.). São Paulo: 34.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social.** In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologias sociais: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas: Unicamp, 2009.

DEMO, Pedro. **A Formação Docente frente à Inclusão Social e às Novas Tecnologias.** Revista de Ciências da Educação. Lorena-SP, 2.o sem 2003, n.o 9, ano 05, 317-319.

DEMO, Pedro. **Educação Científica.** Boletim Técnico do Senac: Revista de Educação Profissional, Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p. 15-25, jan./abr. 2010.

FERRIGINI, Lilian, SOUZA, Donizeti L., SIQUEIRA, Márcio. **Educação a Distância como política de Inclusão: Um Estudo Exploratório nos Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil em Minas Gerais.** 2013. Disponível em [http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/4420/1/ARTIGO\\_Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20inclus%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/4420/1/ARTIGO_Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20inclus%C3%A3o.pdf) Acesso em: 07 setembro 2015.

FICHTER, J.H. **Definições para uso didático** In. FERNANDEZ, FLORESTAN (org). **Comunidade e Sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação: diálogos.** 2ª Edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **A Educação como Prática da liberdade.** 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1994 \_\_\_\_\_ **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação. Cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Filosofia e Problemática - Visão do Mundo**. 2011. Disponível em <http://www.blocosonline.com.br/literatura/prosa/artigos/art065.php>. Acesso em 03 Outubro 2015

GADOTTI, Moacir. **O IPF e o legado de Paulo Freire**. *Revista de Ciências da Educação*. Lorena/SP, Unisal, ano 2, n.o 3, p. 231-241, jan./jun. 2000.

GALVÃO, M.C.B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. In: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). *Fundamentos de epidemiologia*. 2ed. A. 398 ed. São Paulo: Manole, 2010, v. , p.-377. Disponível em: <[http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamnto\\_bibliografico\\_CristianeGalv.pdf](http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamnto_bibliografico_CristianeGalv.pdf)> Acesso em: 20 Dezembro 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 5º Edição São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GOMES, P. T. **Educação Sócio-Comunitária: delimitações e perspectivas**. In *Proceedings of the 2nd II Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2008, São Paulo (SP) [online], 2009. Disponível em [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092008000100013&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092008000100013&script=sci_arttext&tlng=pt). Acessado em 10 agosto 2014.

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da tutoria em Educação a Distância**. 2005. São Paulo: Avercamp.

GROPPO, Luís A. **Comunidade, Sociedade e Integração Sistêmica**. 2006. As Possibilidades de uma Educação Sócio-Comunitária Emancipatória. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacao/article/view/944/456> Acesso em 21 setembro 2014.

GROPPO, Luís A. **Sociologia e Comunidade: Ensaio sobre a imaginação sociológica e o princípio sociocomunitário**. Várzea Paulista: Esatec, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2001.

KIRSCH, Deise B. **Formação do professor pesquisador: Análise paradigmática das dissertações em educação sociocomunitária**. 2014. Disponível em [https://www.uniso.br/publicacoes/anais\\_eletronicos/2014/1\\_es\\_formacao\\_de\\_profesores/16.pdf](https://www.uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/1_es_formacao_de_profesores/16.pdf). Acesso em: 17 Outubro 2015

LASSANCE JR, Antonio E. e outros. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento** / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004. Disponível em <http://www.oei.es/salactsi/Teconologiasocial.pdf> Acesso em: 15 Julho 2015

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO**. 4ª Edição. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LEITE, L. S., VIEIRA, M. L. S e SAMPAIO, M. N. **Atividades não presenciais: preparando o aluno para a autonomia em Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT. Ano XXVI. N° 141. Abr/Mai/Jun/1997. P. 36-40

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Edição 34, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Edição 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

LITWIN, Edith (Org.). **Tecnologia educacional – política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MOORE, M. G., KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José M.; **Mudar a Forma de Ensinar e de Aprender. Transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual**. Disponível em: [http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias\\_eduacacao/uber.pdf](http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/uber.pdf). Acesso em: 20 Julho 2015.

MORAN, José Manoel. **Ensino e aprendizagens inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**; In: MORAN, José Manoel; MASSETO, Marcos Tadeu; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 8ª Edição Campinas, SP: Papyrus, 2000.

MORAN, José M.; MASSETO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

MORAN, José M. **A Educação que Desejamos**. São Paulo, Editora Papyrus, 2008

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Boaventura & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PACIEVITCH, T. **Tecnologia da Informação e Comunicação**. 2009. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>>. Acesso em: 15 Julho 2015.

PAIVA, R. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. 2ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PALÁCIOS, M. **O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos**. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Idade mídia**. Salvador: UFBA, 2001

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed. 2004.

PARK, R. E.; BURGESS, E. W. **Comunidade e sociedade como conceitos analíticos**. In: FERNANDES, F. (Org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 144-152.

PEDREIRA, Juçara; LASSANCE JUNIOR, Antonio. **Tecnologias Sociais e Políticas Públicas** In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

PICKLER, M. E. V. ; SOFFNER, R. K. . **Educação sociocomunitária na cibercultura: a virtualização do saber e a utilização das tecnologias da inteligência na práxis educativa**. Revista de Ciências da Educação, v. 24, p. 533-550, 2011.

PINTO, Alvaro V.; **O conceito de tecnologia**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RECUERO, Raquel; **Revolução na Comunicação** – Artigo. Disponível em: [www.pontomidia.com.br/raquel](http://www.pontomidia.com.br/raquel). Acesso em: 26 junho 2015.

RIGO, Camila. S.; **Perfil Educador – Escolas Públicas**. 2007. Disponível em: <<https://educacaosociocomunitaria.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 agosto 2015.

ROBINSON, J.; GREEN, G. **Developing Communities. Introduction to community development: theory, practice and servisse-learning**. Sage, 2011. Material utilizado em aula. Traduzido pela docente Profa.Dra.Maria Luísa Bissoto.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. **A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, Dec. 2008.

SANCHO, Juana M. (Org.). **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SILVA, Ozires. **A Educação sem distância**. In: MELO, Maria Tais de (Org.) EAD: educação sem distância. São Paulo: Laborciência, 2007. Disponível em <http://docplayer.com.br/4328236-3-ead-educacao-sem-distancia.html> Acesso em: 20 Setembro 2015.

SILVA, Karina Lima; BRANDÃO, Daniela Bridon dos Santos Reis. **O subjetivo no processo de ensino-aprendizagem: uma reflexão sobre o fracasso escolar**. In: X CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 2011, Maringá, Anais eletrônicos. Maringá: UEM, 2011. Disponível em: <[http://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/conpe-trabalhos-completos-anais\\_x-conpe-final.pdf](http://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/conpe-trabalhos-completos-anais_x-conpe-final.pdf)> Acesso em: 15 Março 2015.

SOFFNER, Renato. K.; CHAVES, Eduardo. O. C. **Tecnologia, ambientes de aprendizagem e Educação Não-Formal**. Revista de Ciências da Educação, Americana, ano XII, n.22, 2010, p. 493-512.

SOFFNER, Renato. K.; BARBOSA, Anderson. **Tecnologia educacional e o enfoque sociocomunitário**. Revista de Ciências da Educação, Americana, ano XIII, n.25, 2011, p. 333-341.

SOFFNER, Renato. **Tecnologias sociais e a educação para a práxis sociocomunitária**. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/769/640>. Acesso em: 11 Setembro 2014

SOFFNER, Renato Kraide; CHAVES, Eduardo Oscar de Campos (Org.). **Avaliação de tecnologia no suporte às práticas educativas sociocomunitárias**. In: BISSOTO, Maria Luisa; MIRANDA, Antonio Carlos. Educação sociocomunitária: tecendo saberes. Campinas: Alínea, 2012. Cap. 7, p. 127-135.

SOFFNER, Renato Kraide, BALDUCCI, Maricê L. **Tecnologias Sociais Educativas e a Práxis Sociocomunitária**. SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA. Americana, 2012. Disponível em: <<http://unisal.br/hotsite/seminarioeducacao/anais-2012/>>. Acesso em: 16 Maio 2014.

VALENTE, J.A. **Formação de Profissionais na Área de Informática em Educação**. Em J.A. Valente, (org.) Computadores e Conhecimento: repensando a educação. Campinas: Gráfica da UNICAMP, 1993.